



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Fabíola Pais Cunha de Oliveira

**PROJETO “PEÇAS UNEM PESSOAS”**  
INTERVENÇÃO EDUCATIVO EMOCIONAL COM  
CRIANÇAS E JOVENS, EM CONTEXTO INSTITUCIONAL,  
POR INTERMÉDIO DOS JOGOS ANALÓGICOS

**Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação,  
orientado pelas Professoras Doutoras Sónia Mairos Ferreira e Ana Cristina  
Almeida  
e apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.**

Setembro de 2022

*“As emoções são um jogo,  
Você joga a peça que parece ser mais relevante ao momento.”*

*(Adryan Fontinelli)*

## **Agradecimentos**

Após 17 anos fora das salas de aula, foi um desafio diário a ser superado. Nestas páginas está o fruto do investimento de cinco intensos anos enquanto imigrante brasileira, que faz o caminho inverso de sua família materna. Anos confusos, mas no fim, gratificantes! Anos esses que não seriam possíveis sem este universo de pessoas incríveis que me cerca e a quem devo um agradecimento.

Aos meus filhos, Louise e Miguel, que embarcaram comigo nesta viagem para além-mar, em busca de mais segurança, melhor saúde e educação. Sempre me dando força e coragem, cada qual com seu jeitinho, para que mesmo diante de um ano cheio de tempestades, furacões e sismos que atingiram nossa família, não me permitiram deixar o barco afundar, o telhado voar ou a família deitar abaixo! Unidos somos mais fortes! Amo-vos infinitamente! Ao nosso sucesso!!!!

À minha família: mãe, irmã e cunhado, que mesmo estando do outro lado do oceano, estiveram sempre presentes, solidários nas conquistas e igualmente nos dias de tormentas; e com o melhor exemplo de amor e fé, estiveram comigo e com as crianças sempre e incondicionalmente. Obrigada por serem nosso porto seguro!

Ao meu pai e avós, *in memoriam*, a certeza de que intercedem por nós e nos abençoam todos os dias. Na certeza de vossa proteção, muito obrigada!

À uma pessoa muito especial, Nelson José Marques Rodrigues, que nos últimos tempos, com sua sensibilidade e mesmo a distância, se disponibiliza a caminhar comigo de mãos dadas, encorajando-me a abraçar novos desafios e oportunidades, motivando-me nos momentos de tensão, e celebrando comigo minhas vitórias como suas, se mostrando ser um verdadeiro companheiro.

Ao IAC, que me recebeu com tanto entusiasmo, acreditando no meu potencial e no quanto eu poderia vir a somar e ajudar a concretizar cada objetivo traçado por esta equipa maravilhosa. Dra. Paula Duarte, Pedro Rodrigues, Ana Cristina Barros, Ana Margarida Vicente, Cristina Maria Basto, José António dos Santos Coelho, e as estagiárias Mariana e Catarina; o meu muitíssimo obrigada,

pelas partilhas, pelas indicações de formações, pelas gargalhadas, pelos cafés, ...pelo estágio como um todo!

À minha orientadora, Professora Doutora Sónia Mairos Ferreira, por me instigar ao trabalho e a luta (que também é sua) pelos Direitos da Criança e do Adolescente; que mesmo passando por um ano cheio de emoções diversificadas com a chegada da maternidade, se colocou disponível a trabalhar justamente com crianças institucionalizadas, sentimentos, vínculos, inteligência emocional. Da teoria à prática, muito obrigada pela disponibilidade, pela transferência de conhecimento, sensibilidade e humanidade!

À Professora Doutora Ana Cristina Almeida, da Faculdade de Psicologia da FPCEUC, também minha orientadora, grande incentivadora dos trabalhos com Jogos de Tabuleiros com migrantes, refugiados, crianças/jovens, adultos ou idosos, com quem tive o prazer de trabalhar em pesquisa no ano passado. Estejam no contexto em que estiverem, todos tem competências a serem trabalhadas, de maneira divertida. Só tenho a agradecer a sua dedicação, mesmo com um tempo tão escasso para si, me concedia uns e-mails e mensagens por WhatsApp. O meu eterno agradecimento, por acreditar no meu potencial, me inserir neste universo através de formações, sessões de jogos, etc, e fazer-me apaixonar.

A todos os professores da FPCEUC, que se disponibilizam a transmitir seus conhecimentos para a formação de novos e competentes profissionais, nos enriquecendo com conteúdos e vivências, o meu muito obrigada!

Aos colegas de turma, que me acolheram com tanto carinho e cuidado, mesmo me sentindo tão intimidada por ser 20 anos mais velha, trilharam comigo o caminho do conhecimento.

Às minhas meninas da Casa de Formação Cristã Rainha Santa, que confiaram em mim e na minha proposta de trabalho. Durante 7 meses, percorremos um caminho de mãos dadas, onde aprendemos sobre os afetos e os sentimentos, como organizá-los e utilizá-los. Se permitiram dividir comigo suas alegrias, medos, raivas, .... Fico imensamente orgulhosa por testemunhar o processo de amadurecimento emocional de cada uma, e as levo em meu

coração. Desejo-vos um projeto de vida brilhante, e com sabedoria para lidar com as emoções, sentimentos e vínculos!

## **Resumo**

Em Portugal, assim como em muitos países, existe um grupo de respostas integradas de cuidados e apoio social para crianças e jovens em situação de perigo. Estas crianças e jovens referenciadas pelas Comissões de Proteção Crianças e Jovens (CPCJ) e pelas Comissões de Proteção de Menores, como em situação de perigo e/ou risco, sofrem a intervenção tutelar de promoção, e também de proteção, expressa na Lei nº 147/99 de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), podem ser encaminhadas para instituições de acolhimento e em alguns casos, até mesmo para adoção, segundo os artigos 53º e 1978º da Lei n.º 143/2015, de 08 de Setembro, Regime Jurídico do Processo de Adoção. Trata-se de uma institucionalização em que os menores ficam aos cuidados de Centros de Acolhimento Temporário ou de Lares de Infância e Juventude, até terem suas vidas decididas pelas autoridades ou chegarem a maior idade (Direito das Crianças e Jovens – Compilação de Legislação, 2017).

Ainda o Artigo 1918.º do Código Civil (Perigo para a segurança, saúde, formação moral e educação do filho) assegura:

“Quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício do poder paternal, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indicadas no n.º 1 do artigo 1915.º, decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência.”.

A preocupação quanto a integridade física e mental dos menores é evidente! Entretanto, como fica a questão emocional, mais precisamente a questão das relações interpessoais, nomeadamente o vínculo, quando retiradas de suas famílias biológicas e ao serem institucionalizadas, tendo de lidar, entre outros desafios, como o ir e vir dos colaboradores desta?

O presente relatório, intitulado de “Projeto “Peças Unem Pessoas”:  
Intervenção educativo emocional com crianças e jovens, em contexto

institucional”, vem apresentar a síntese de um projeto original de educação não-formal, desenvolvido no domínio do desenvolvimento emocional, no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, na Casa de Formação Cristã Rainha Santa, no Concelho de Coimbra, e informar as demais atividades desempenhadas enquanto estagiária vinculada ao Instituto de Apoio à Criança – IAC, nomeadamente, participação em Conferências, Webinars, Fóruns Temáticos, participação em atividades para a comemoração do “Dia do Brincar”, solicitação para escrever notas sobre as atividades desenvolvidas a serem publicadas na Newsletter do IAC, e passeio de final de ano letivo com as crianças e jovens assistidas na Casa de Formação Cristã Rainha Santa.

**Palavras-chave:** Acolhimento; Crianças; Jovens; Emoções; Vínculo; Jogos Analógicos, Jogos de tabuleiros, Educação Emocional, Inteligência Emocional

## **Abstract**

In Portugal, as in many countries, there is a group of integrated care and social support responsible for children and young people in situations of danger. These children and young people referred by the Children and Youth Protection Commissions (CPCJ) and by the Minors Protection Commissions, as in danger and/or risk, receive the tutelary intervention of promotion, and also of protection, expressed in Law No. /99 Protection of Children and Young People in Danger (LPCJP), being forwarded to shelter institutions and in some cases, even for adoption, according to articles 53 and 1978 of Law n.º 143/2015, of 8 September, Legal Regime of the Adoption Process. It is an institution in which minors are taken care of by Temporary Reception Centers or Homes for Children and Youth, until their lives are decided by the authorities or they reach adulthood (Direito das Crianças e Jovens – Compilação de Legislação, 2017).

Also, Article 1918.º of the Civil Code (Danger to the safety, health, moral formation, and education of the child) ensures:

“When the safety, health, moral training or education of a minor is in danger and it is not a case of inhibition of the exercise of parental authority, the court may, at the request of the Public Prosecutor's Office or any of the persons indicated in paragraph 1 of article 1915, enact the appropriate measures, namely entrust it to a third person or to an educational or assistance establishment.”.

The concern about the physical and mental integrity of minors is an evident matter. ( ! ) However, what about the emotional issue, more precisely the issue of interpersonal relationships, namely as the bond itself, become evident when children are removed from their biological families and when institutionalized, dealing, among other challenges, with the coming and going of their employees? This report, entitled “Project “Peças Unem Pessoas”: Emotional educational intervention with children and young people, in an institutional context”, presents the results obtained through a non-formal education action, developed in the field of emotional development, (in the OR) as part of the curricular internship of the Masters in Educational Sciences at the University of Coimbra, at the Casa de

Formação Cristã Rainha Santa, in the Municipality of Coimbra, and inform the other activities carried out as an intern linked to the Instituto de Apoio à Criança – IAC, namely, participation in Conferences, Webinars, Thematic Forums, participation in activities to celebrate the “Dia do Brincar”, request to write notes about the activities developed to be published in the IAC Newsletter, and end of the school year tour with the girls assisted at Casa de Formação Cristã Rainha Santa.

**Keywords:** Reception; Children; Young people; Emotions; Bond; Analog Games, Board Games, Emotional Education, Emotional Intelligence

## Índice

Introdução .....	1
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	6
1. O Sistema de Proteção de Crianças e Jovens .....	6
CAPÍTULO II. JOGOS DE TABULEIRO.....	8
CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL .....	12
1. Caracterização do IAC – Instituto de Apoio à Criança.....	12
2. Caracterização do IAC – Polo Coimbra .....	22
3.Caracterização da Casa de Formação Cristã Rainha Santa .....	26
3.1 – Organização Interna .....	27
3.2 – Crianças/Jovens .....	29
CAPÍTULO IV. ATIVIDADES DE ESTÁGIO – O Projeto.....	31
1.Atividades de Estágio .....	31
1.1 Fase inicial de estágio .....	32
1.2 Fase inicial de estágio prático (do projeto.....	38
1.3 Caracterização do público-alvo.....	39
1.4 Atividades desenvolvidas.....	39
1.4.1 O Projeto “Peças Unem Pessoas”: Intervenção Socioeducativa .....	39
1.4.1.1 Metodologia .....	40
1.4.1.2 Apreciação final .....	41
Referências Bibliográficas .....	49
ANEXO 1. CARACTERIZAÇÃO DOS JOGOS TRABALHADOS .....	51

## **Lista de Siglas**

AIC - Associação Inclusão ConTacto

APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra

CDC – Convenção dos Direitos da Criança

CPCJ - Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

CFCRS – Casa de Formação Cristã Rainha Santa

EMAT - Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais

HUC - Hospital da Universidade de Coimbra

IAC – Instituto de Apoio à Criança

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

SMTUC - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 01 – Caracterização por Idade na CFCRS

Gráfico 02 – Frequência Mensal das Sessões

## **Índice de Figuras**

Figura 01 – Formação Interna

Figura 02 – Parcerias Internacionais

Figura 03 – Parcerias Nacionais

Figura 04 – Campanha IAC

Figura 05 – Organograma da Estrutura Orgânica Geral - IAC

Figura 06 – Organograma do Modelo Integrado de Intervenção – IAC

Figura 07 – Organograma das Áreas de Intervenção – IAC

Figura 08 – Eixos de Intervenção IAC – Polo Coimbra

Figura 09 – Newsletter IAC Nov/2021

Figura 10 – Newsletter IAC Dez/2021

Figura 11 – Parada “Coimbra a Brincar”

Figura 12 – Parada “Coimbra a Brincar”

Figura 13 – “Projeto Coimbra a Brincar”, participação do IAC em 27 e 28/05/2022

Figura 14 – “III Colóquio “Brincar e Modos de ser Criança””, em 31/05/2022

Figura 15 – Equipa do IAC – Polo Coimbra

Figura 16 – Intervenção com o Jogo “O Monstro”

Figura 17 – Intervenção com o Jogo “Gostarzinho”

Figura 18 – Intervenção com o Jogo de Cartas Adaptado

Figura 19 – Reflexão da L1

Figuras 20 e 21 – Atividade de Final de Período – Parque Verde

## **Lista de Anexos**

Anexo I - CARACTERIZAÇÃO DOS JOGOS TRABALHADOS

## **Introdução**

Em 1924, foi enunciada na Declaração de Genebra dos Direitos da Criança (UNICEF, 2019), a necessidade de proporcionar à mesma uma proteção especial. Entretanto foi somente a 20 de novembro de 1959 que se proclamou mundialmente a Declaração dos Direitos das Crianças e a 20 de novembro de 1989 que se adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Esta entra em vigor somente em 2 de setembro de 1990, tendo por objetivo salientar e divulgar os direitos das crianças nível mundial, por contraposição com a Declaração dos Direitos das Crianças. A Convenção não é apenas uma declaração de princípios, obrigando os Estados enquanto instrumento jurídico com força obrigatória, cabendo-lhes adequar as normas internas aos princípios na Convenção (este documento foi ratificado por 196 países, e para efeito, considera-se como criança todo ser humano menor de 18 anos, salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioria seja anteriormente alcançada).

A declaração dos Direitos das Crianças (UNICEF, 2019) é fruto de uma adaptação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e indica os seguintes direitos:

- Todas as crianças têm o direito à vida e à liberdade.
- Todas as crianças devem ser protegidas da violência doméstica, do tráfico humano e do trabalho infantil.
- Todas as crianças são iguais e têm os mesmos direitos, não importando a sua cor, raça, sexo, religião, origem social ou nacionalidade.
- Todas as crianças devem ser protegidas pela família e pela sociedade.
- Todas as crianças têm direito a um nome e a uma nacionalidade.
- Todas as crianças têm direito a alimentação, habitação, recreação, compreensão e atendimento médico.
- As crianças portadoras de deficiências, físicas ou mentais, têm o direito à educação e aos cuidados especiais.

- Todas as crianças têm direito ao amor, à segurança e à dos pais e da sociedade.
- Todas as crianças têm direito à educação.
- Todas as crianças têm direito de não serem violadas verbalmente ou serem agredidas por pais, avós, parentes, ou mesmo a sociedade.

Ao refletirmos sobre estes direitos, é questionável quando as crianças e jovens, são retiradas de seus lares, do convívio de seus entes queridos, e levadas pelas autoridades competentes às instituições de acolhimento; quando o que seria mais justo e correto, o afastamento do adulto infrator, sendo este privado da convivência daqueles.

Pode-se observar que a CDC está firmada em quatro pilares indispensáveis que estão intimamente relacionados com todos os direitos das crianças, seja civis, políticos, económicos, sociais e culturais; traduzidos em: a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e desenvolvimento, a opinião da criança. Com 54 artigos, constitui o mais completo e importante documento sobre os direitos das crianças e adolescentes (UNICEF,2004).

Em Portugal, uma das leis que ratifica as medidas a serem tomadas quando os direitos das crianças e jovens são infringidos, é o Artigo 1918.º do Código Civil (Perigo para a segurança, saúde, formação moral e educação do filho), que assegura:

“Quando a segurança, a saúde, a formação moral ou a educação de um menor se encontre em perigo e não seja caso de inibição do exercício do poder paternal, pode o tribunal, a requerimento do Ministério Público ou de qualquer das pessoas indicadas no n.º 1 do artigo 1915.º, decretar as providências adequadas, designadamente confiá-lo a terceira pessoa ou a estabelecimento de educação ou assistência.”.

Em articulação com a CDC, em Portugal, são realizadas atividades solidárias, de modo a celebrar tais direitos, como o Dia Nacional do Pijama, a 20

de novembro, criado em 2012, por iniciativa da instituição de apoio social Mundos de Vida (Associação para a Educação e Solidariedade), onde as crianças e os adolescentes vão de pijama à escola, para relembrar o direito de todas as crianças a terem um lar, uma família e a proteção da sociedade. No entanto, ainda há muitas crianças vítimas de várias formas de crime e violência, em todo o mundo, inclusive em Portugal, noticiado a todo momento pelos vínculos de comunicação nacional, nomeadamente jornais e telejornais.

No Conselho de Coimbra, contempla o Projeto “Coimbra a Brincar”, uma iniciativa da APCC - Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra que tem como objetivo assinalar o Dia Internacional do Brincar, celebrado a 28 de maio, para passar a mensagem de que o brincar é uma atividade benéfica para todos e uma fonte de prazer, alegria e aprendizagem. Ao longo de todo o dia, é proporcionado a partilha de diversas atividades gratuitas para todas as gerações, no Parque Verde do Mondego, em parceria com diversas instituições como o IAC – Polo Coimbra, o HUC - Hospital da Universidade de Coimbra, a Segurança Social – Centro Distrital de Coimbra, os SMTUC - Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, entre outros.

Embora o brincar seja uma atividade comum na infância, muitas vezes é negligenciado, seja pelos pais não terem tempo para a partilha com os filhos, seja pela crescente urbanização e conseqüente perda de espaço para tal fim. É possível constatar que, infelizmente, em muitos países, o brincar é um ato interdito pelo trabalho infantil e pelo recrutamento de crianças e jovens para a guerra.

E por isto, esta data foi criada em 1999 pela International Toy Library, na 8ª Conferência Internacional de Ludotecas em Tóquio, sendo celebrada pela primeira vez em 2000 e reconhecida no calendário da UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância, lembrando que o brincar é um direito garantido no artigo 31º da Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, sendo celebrada em mais de 40 países (Calendarr Portugal, acessado em 25/09/2020).

De maneira a se fazer conhecer melhor a situação das crianças em Portugal, a UNICEF associou-se à PORDATA, a base de dados estatísticos

sobre Portugal e Europa, da Fundação Francisco Manuel dos Santos, e reuniu um conjunto de factos estatísticos sobre a realidade da infância em nosso país. Em 2019, Portugal contava 1,7 milhões de crianças, 17% da população total, destes 86.579 bebés nasceram, sendo 2,5x menos comparados a 1960 (213.895).

Dados do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens – CASA 2020, diz que em 2020 estavam 6.706 crianças e jovens em instituições de acolhimento residencial e familiar como medida de proteção, tendo 2.022 dado entrada nesse ano em Portugal. Entretanto, o mesmo relatório indica uma tendência dos últimos 10 anos de decréscimo do número de crianças acolhidas, tendo em 2020 o sistema de acolhimento um quarto das crianças e jovens que há 10 anos. Também foi realizada uma análise das situações de promoção e proteção pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), ou pelos Tribunais, que levaram à decisão de afastá-los dessa situação, integrando-os no sistema de acolhimento.

De acordo com o referido relatório, a taxa de incidência de crianças e jovens acolhidos foi de 0,2% por cada 100 crianças e jovens residentes em Portugal. Em Coimbra, 445 crianças e jovens entre os 0 e 24 anos estão em regime de acolhimento do total de 98.027.

Ainda segundo o mesmo relatório, nos últimos anos, a negligência está a liderar as situações de perigo com uma expressividade de 71% seguido pela ausência temporária de suporte familiar, os comportamentos desviantes, o abandono, entre outros, com 13% das situações.

Estando o “mau-trato psicológico” presente em 10% das situações, somado a todas as outras questões que levaram estas crianças e jovens à institucionalização, o fator **vínculo e a gestão das emoções** são os objetos de observação e estudo para esta intervenção educativa.

O que se constitui como propósito deste estudo parece-nos pertinente e inovador, pois ainda que em Portugal como em várias partes do mundo, haja literatura que aborde a questão da gestão de emoções e vínculos em instituições de acolhimento, este assunto não é abordado de maneira regular nas

instituições. A revisão de literatura e a experiência profissional da estudante no Mestrado em Ciências da Educação, enquanto Psicóloga e Psicopedagoga, foram fundamentais para a reflexão sobre o verdadeiro acolhimento, na formação de vínculos e gestão de emoções (raiva e medo, por exemplo) e como lidar com os reveses da vida quando “o outro” parte, num processo de resiliência, e que fazem efetivamente parte de uma medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo, no que concerne à saúde mental afetiva. Os métodos e a técnica usados no desenvolvimento do estudo são adequados aos objetivos que se pretende alcançar.

Portanto, enquanto propósito geral, deseja-se promover às crianças e adolescentes institucionalizadas na CFCRS, um espaço que propicie se expressarem e comunicarem seus afetos. Num espaço educativo não formal, através de jogos analógicos, trabalhar o amadurecimento da gestão das emoções.

Dos objetivos específicos:

\* Perceber o percurso afetivo/vínculo das crianças e jovens participantes do projeto educativo (enquanto amostragem) com os agentes colaboradores da instituição, e se possível, com a família biológica;

\* Promover o conhecimento de si;

\* Melhorar o reconhecimento e a verbalização das emoções;

\* Auxiliar na compreensão dos sentimentos e emoções, no que concerne aos vínculos afetivos.

O presente relatório está organizado em quatro capítulos. O primeiro versa o enquadramento teórico deste trabalho. O segundo é inteiramente dedicado à explicitação da temática dos jogos de tabuleiro. O capítulo terceiro procede-se à caracterização institucional. Por fim, o último capítulo subordina-se à descrição do Projeto de estágio.

# **CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **1. O Sistema de Proteção de Crianças e Jovens**

A publicação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro incitou um novo modelo de proteção de crianças e jovens em risco, apelando cada vez mais à participação da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, designadamente através das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em risco concerne, suplementarmente, às entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, às CPCJ e, em última instância, aos Tribunais, quando a intervenção daquelas não possa ter lugar por falta de consentimento dos pais, representante legal, ou de quem tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, ou por não disporem dos meios a aplicar ou executar a medida adequada.

A lei reconhece que existem situações em que há a necessidade de uma intervenção para excluir uma situação de perigo de modo imediato, procedendo de maneira urgente, quando há indícios de perigo iminente para a vida ou integridade física da criança e nas situações em que pais ou representante legal, se opõem às medidas necessárias à proteção da criança. Nestes casos, o apoio pode e deve ser solicitado por qualquer entidade às entidades policiais e/ou ao Ministério Público (Lei n.º 147/99, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo).

A medida de Acolhimento Familiar é uma das medidas previstas na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) (Diário da República n.º 204/1999), que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 46,

“[o] acolhimento familiar consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, habilitadas para o efeito, proporcionando a sua integração em meio familiar e a prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar e a educação necessária ao seu desenvolvimento integral”.

No disposto do n.º 3 do mesmo artigo “[o] acolhimento familiar tem lugar quando seja previsível a posterior integração da criança ou jovem numa família ou, não sendo possível, para a preparação da criança ou jovem para a autonomia de vida”. Para além disto, “privilegia-se a aplicação da medida de acolhimento familiar sobre a de acolhimento residencial, em especial relativamente a crianças até aos seis anos de idade (...)”, como refere o n.º 4 da lei.

A Convenção dos Direitos da Criança (CDC) defende que a criança deve crescer num ambiente familiar “em clima de felicidade, amor e compreensão” (p.3). Quando não é possível o regresso à família de origem, os contatos entre a criança e a sua família biológica deveriam ser mantidos desde que se mostrassem benéficos para o desenvolvimento e equilíbrio emocional da criança. E é neste ponto em que toca o objeto de estudo: o vínculo e a gestão de emoções! Salvar a proteção à criança ou jovem em relação ao risco a que estão sujeitos no seu contexto de origem, sendo proporcionados os cuidados necessários e oferecer-lhes uma oportunidade de acesso a modos relacionais distintos dos vivenciados no seu contexto familiar de origem, leva muitas crianças e jovens à institucionalização, com o intuito de, na medida do possível, proporcionar-lhes um ambiente familiar alternativo, estável, seguro e que promova a criação de novos laços afetivos e o desenvolvimento harmonioso.

Entretanto, as pessoas que trabalham nas instituições, assim como muitas das crianças e jovens que por lá ficam até uma decisão das autoridades, com as quais são feitos algum tipo de vínculo, após alguma resistência e processo de resiliência, mais cedo ou mais tarde vão se embora.

## **CAPÍTULO II. JOGOS DE TABULEIRO**

Os Jogos de Tabuleiro são ferramentas que acompanham os seres humanos desde as mais antigas civilizações. São objetos de entretenimento e educação, e também simulações de práticas sociais. Contextualizar cultural e socialmente os jogos de tabuleiro nas civilizações é um tema complexo, acompanhando as necessidades e os progressos da Humanidade.

O tabuleiro de um jogo é a comunicação gráfica com a qual os jogadores interagem e a informação da mecânica é informada visualmente através de um conjunto de regras, e nas civilizações antigas como nas modernas, foram construídos conforme os diferentes materiais existentes na época: pedra, madeira, papel, e recentemente, o ecrã.

Estando o jogo na base do desenvolvimento da civilização, por terem regras que deve ser consentidas por todos os participantes, sejam elas locais ou universais, é uma ação extensiva à vários modelos de atividades físicas e mentais, com a pretensão de ser prazeroso e de descontração, aonde as regras aceites delimitam e estruturam o desenrolar da ação e do tempo em que está se passa.

Para Vigotsky (2008), o jogo é uma atividade de vanguarda para o desenvolvimento do indivíduo, pela dualidade entre o jogo e as regras, não pelo caráter espontâneo que tem.

Na década de 80, com o surgimento dos jogos de consoles e dos computadores, os jogos de tabuleiro ficaram obsoletos; e sendo vista como uma época de transição, estes passaram a ser vistos apenas como brinquedos para crianças, sendo então, substituídos pelos jogos digitais e televisão (Whitehill, 1999). Uma vez que os jogos digitais são mais atraentes, oferecendo uma dinâmica que encanta, quer pelos aspetos gráficos quer pela interatividade, com o qual os jogos de tabuleiro não conseguem competir nem pelo desenrolar da história e nem pela própria mecânica do jogo.

O surgimento dos computadores e da internet é outro determinante para a colocação dos jogos de tabuleiro em segundo plano das formas lúdicas, pelos quais as pessoas passaram a se conectar a grandes distâncias, partilhando os

jogos digitais, de maneira solitária ou em conjunto (Whitehill, 1999); dos quais alguns são adaptações de jogos de tabuleiros tradicionais, como o *Monopólio*, por exemplo.

Existem várias razões para se jogar um jogo de tabuleiro, em acréscimo ao divertimento: a manutenção do equilíbrio entre corpo e mente, praticar habilidades e desenvolver competências, por exemplo. O jogo pode ser um promotor social, levando a que se criem espaços e clubes para jogar e partilhar interesses sobre um determinado jogo, dando oportunidade a que se criem elos de comunicação entre os jogadores e com o próprio jogo.

Segundo Eigen e Winkler (1989) tudo o que acontece no mundo é semelhante a um grande jogo, no qual, a priori apenas as regras estão estabelecidas. Seja construído em madeira ou impresso em papel cartão, o jogo está relacionado com o comportamento social dos indivíduos, simulando batalhas ou operações financeiras. Para Huizinga (1970), o jogo é baseado no comportamento humano, através de ações ou contextos específicos que definem o Homem; pois é através do jogo, que se encontra em posição de driblar a monotonia, o determinismo, a cegueira e a brutalidade da natureza, aprendendo a construir uma ordem, a conceber uma economia e a estabelecer uma equidade (Caillois, 1990).

Como já dito, os jogos, de maneira geral, têm uma tenção social muito importante em nossa cultura, não sendo somente uma ação de distração individual ou coletiva. Refere-se aos jogos individuais àqueles de destreza, onde o jogador joga, pratica e desenvolve uma habilidade pessoal para a resolução desse jogo. Entretanto, os jogos sociais são todos aqueles em que um jogador joga contra outros. Os jogos de destreza são, claramente, um fenómeno de cultura, veículo de comunhão e de alegria coletiva, facilitando e promovendo inúmeras transformações e enriquecimentos que poderão chegar a ser institucionalizados (Caillois, 1990).

Desde a infância até as maiores realizações da civilização, um dos mais fortes incentivos para alcançar a perfeição, tanto individual como socialmente, habita na realização do desejo de ser elogiado e homenageado por excelência. A competição se dá para provar a superioridade, sendo que estas abordam em sua maioria, perguntas e respostas, desafio e réplica, provocação e contágio,

entusiasmo ou tensão partilhada pela ação de jogar (Huizinga, 1970, Caillois, 1990).

Um fator importante a assinalar e que se encontra nas ações e comportamentos em situações de jogo, é o de sobrevivência. Este encontra-se enraizado na mais fundamentais características do Homem, nos seus imperativos biológicos, e na preservação e busca de uma vida melhor. Este fator está ligado ao fator de seleção pois a conservação da existência relaciona-se com as escolhas efetuadas. Para sobreviver, ou seja, vencer, num jogo de tabuleiro mesmo dos mais simples, é preciso fazer uma cautelosa escolha na jogada. O fator de sobrevivência está presente na maioria dos jogos, seja nas decisões dos jogadores, escolha da estratégia e ainda, do acaso. No jogo, seja ele qual for, a sobrevivência é o equivalente a vencer, ou então, não ficar na última classificação.

É preciso destacar que os jogos podem ser utilizados em contextos específicos. Ao observarmos a história dos jogos, percebemos que os jogos, para além da sua função de competição, muitos são utilizados na educação, no entretenimento e na tradição.

Os jogos de tabuleiro, que inseridos na educação, surgiram muito cedo juntamente com o desenvolvimento tecnológico e a produção em massa. Desde o final do século XVIII que os jogos se converteram em objetos educacionais para os mais jovens, sendo fundamentados em mapas desenhados e impressos por cartógrafos.

Os jogos de tabuleiro de tradição podem ser usados de várias maneiras, conforme as crenças de uma determinada cultura. Whitehill (1999) afirma que os jogos ajudam na transmissão cultural de algumas das suas regras e rituais para uma geração mais jovem. O emprego dos jogos de tabuleiro de tradição, está relacionada com aspetos pedagógicos, uma vez que estes jogos educam os mais novos sobre os hábitos de uma determinada cultura ou religião.

O jogo de tabuleiro é um simulacro do mundo, ou então uma versão alternativa, dando a oportunidade ao jogador para tomar decisões sem preocupações. Indubitavelmente que durante o jogo, existe a consciência de que o comportamento mantido é uma simulação de uma ação ou contexto da vida real.

As experiências vividas são informações percebidas de um modo eficiente, pelas qual o ser humano está munido com mecanismos especializados que apreendem e processam essas informações através do sistema nervoso (Sekuler & Blake, 1994). A percepção é construída na experiência que varia, variando do mesmo modo a percepção; ou seja, diferentes indivíduos assistem a diferentes aspetos de estímulos e registam interpretações e observações diferentes conforme suas experiências (Rao, 1978). A percepção ajuda-nos a compreender o nosso meio através das sensações que recebemos por meio dos nossos órgãos sensoriais, tratando-se de um processo extremamente complexo que envolve o reconhecimento e interpretação de um estímulo registado pelos nossos sentidos e que é armazenado na memória (Rookes & Willson, 2000). Portanto, o conhecimento através da experiência torna-se mais importante do que a análise e a reflexão.

Contudo, há que considerar um fator significativo nos processos de percepção e que está relacionado com a intuição do jogador, sendo que este a vai explorando no decorrer de um jogo: a intuição.

A palavra intuição é um termo muito prolixo que se refere a uma diversidade de tipos de conhecimento. A raiz da palavra deriva do latim e significa aproximadamente intuitos “o ato de alcançar o conhecimento da percepção direta ou através da contemplação” (Davis-Floyd, Arvidson, 1997). E assim, a intuição surge como uma função de ligação, trazendo o poder do inconsciente para o pensamento consciente.

O jogador aplica o que aprendeu no decorrer de vários jogos e dispensa a análise da situação de jogo, prevendo e pensando em todos os movimentos possíveis. Desta forma, consegue ter uma visão holística e imediata da situação de jogo, em que consegue relacionar todos os movimentos entre as várias peças de jogo de um modo quase imediato.

Já a dedução, é um modo de articular um pensamento pela lógica, podendo ser útil para um tipo específico de jogo, onde para obter sucesso se necessita de um raciocínio lógico. Uma dedução é uma espécie de argumento no qual a forma lógica válida garante a verdade da conclusão se as ideias iniciais forem verdadeiras. E assim, pode-se verificar que o modo de pensar de um jogo para outro varia.

## **CAPÍTULO III. ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL**

### **1. Caracterização do IAC – Instituto de Apoio à Criança**

O Instituto de Apoio à Criança (IAC) é uma instituição privada de solidariedade social. Com sede na Avenida da República 21, 1050-185 - Lisboa, Núcleos Regionais em Coimbra e nos Açores e, brevemente, no Porto.

Tendo como sócia-fundadora, Maria Rosa Araújo, o IAC foi criado em 14 de março de 1983, por iniciativa de um grupo de profissionais de diferentes áreas (médicos, magistrados, professores, psicólogos, juristas, sociólogos, assistentes sociais, educadores, etc.), interessados em contribuir para a resolução dos problemas que afetam a criança na sociedade contemporânea. Como instituição privada de solidariedade social sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da mesma, na defesa e promoção dos seus direitos. Pretende-se estimular, apoiar e divulgar trabalho de todos aqueles que se preocupam com a temática infância e suas questões em Portugal, bem como colaborar com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras (Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, 1983).

**VISÃO:** “O Instituto de Apoio à Criança é uma Organização Não Governamental que desenvolve a sua ação em cooperação com organismos públicos e privados, a nível nacional e internacional, que visam a concretização dos Direitos da Criança.” (Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, 1983).

**MISSÃO:** “O Instituto de Apoio à Criança pretende contribuir para o Desenvolvimento Integral da Criança na Defesa e Promoção dos seus Direitos, sendo a Criança encarada na sua globalidade como sujeito de direitos nas diferentes áreas, designadamente na saúde, educação, justiça, segurança social ou nos seus tempos livres.” (Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, 1983).

**VALORES:** “O Instituto de Apoio à Criança norteia a sua ação pela ética, transparência, competência, rigor, compromisso e respeito pelos Direitos da Criança.” (Estatutos do Instituto de Apoio à Criança, 1983).

Assim, de acordo com o Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de fevereiro, adquiriu o estatuto de Instituição Privada de Solidariedade Social – IPSS, podendo estabelecer livremente as suas áreas de atuação e o seu funcionamento interno.

Com a denominação de IPSS, prende-se também com o fato da sua atividade não ser dirigida pelo Estado ou por outro organismo autárquico; cabendo ao Estado a valorização, apoio e incentivo ao contributo das IPSSs na efetivação dos direitos sociais, sendo, portanto, sua principal função tutelar, não interferindo com a atuação livre das instituições.

Desta maneira, integra a Plataforma Nacional das Organizações Não Governamentais (ONG), desde março de 1985, como Provedor da Criança, em defesa dos seus direitos, junto de diferentes entidades (Estatutos, Instituto de Apoio à Criança, 1983).

Sendo aprovado, somente em 1989, pelas Nações Unidas a Convenção dos Direitos da Criança.

A gestão do Instituto é assegurada por uma Assembleia Geral, pelo Conselho Coordenador, e pelo Conselho Fiscal (Estatutos, Instituto de Apoio à Criança, 1983). Seus mandatos são de dois anos, podendo ser reeleitos por igual período. O exercício dos cargos sociais é voluntário, entretanto, caso os membros do Conselho Coordenador exerçam funções a tempo inteiro, poderão ter o direito a uma remuneração cujo montante é fixado pela Assembleia Geral. Esta, por sua vez, é constituída por todos os associados do Instituto, donde se elege um presidente, um vice-presidente e dois secretários para a respetiva mesa.

A finalidade e objetivos dos Serviços Administrativos do IAC estão assim definidos (Estatutos, Instituto de Apoio à Criança, 1983):

- Secretariado e Apoio Geral: Apoiar os setores e projetos do IAC, designadamente nas áreas de expediente geral, arquivo e apoio geral;

- Setor de Contabilidade e Tesouraria: Tratar de forma adequada, e em tempo útil, toda a documentação de carácter contabilístico e financeiro;

- Setor de Económato e Património: Apoiar os setores e projetos do IAC no âmbito da aquisição de bens e serviços e do património;

- Setor de Pessoal: Apoiar os setores e projetos do IAC no âmbito do pessoal.

No que toca às Áreas Transversais, estas têm a finalidade de assessorar a Direção na definição de estratégias de representação e de divulgação do trabalho desenvolvido pelos diferentes serviços intervenientes do IAC:

- Conhecimento e Formação: Produzir informação e conhecimento técnico-científico, bem como gerir a Formação do IAC, de forma a garantir que o Instituto de mantém na vanguarda dos Direitos da Criança;



Fig. 01: Formação Interna

- Cooperação Nacional e Internacional: Potenciar o trabalho em parceria, ao nível nacional e internacional, contribuindo para a adequação das políticas integradas nas áreas da infância e juventude;

#### Parcerias Internacionais



Fig. 02: Parcerias Internacionais



Fig. 03: Parcerias Nacionais

- Marketing, Comunicação & Projetos: Planear e implementar a estratégia de marketing, comunicação e projetos do IAC.



Fig. 04: Campanha IAC

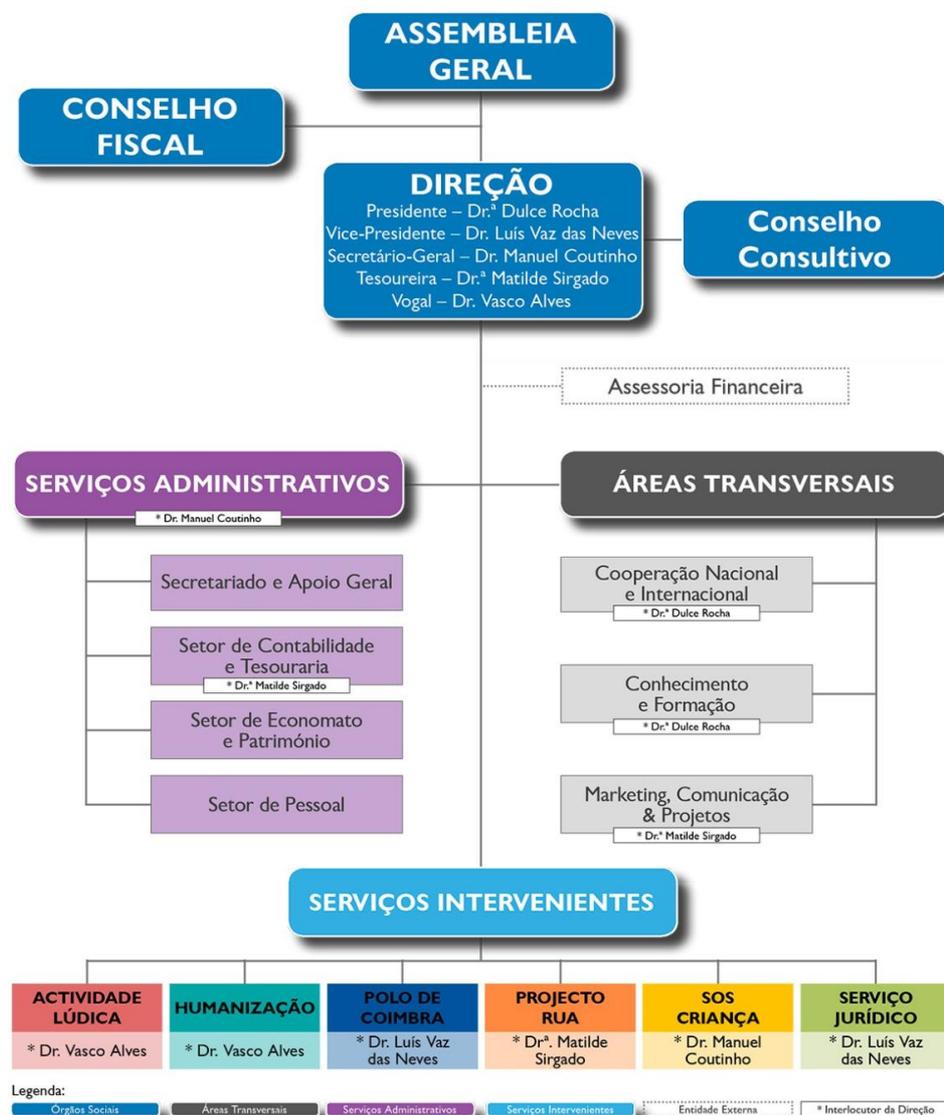


Fig. 05: Organograma da Estrutura Orgânica Geral

Em conformidade com seus Estatutos, e de maneira a alcançar seu objetivo geral, o IAC tem vindo a realizar atividades que resultam de diversos objetivos específicos institucionais, apostando em programas de informação e sensibilização, principalmente em projetos de intervenção direta, desenvolvendo ao longo dos anos atividades e projetos. Nomeados de Serviços Intervenientes são, respetivamente:

- Ações de ligação à comunidade, estimulando a coordenação de diferentes instituições, oficiais e particulares, que tem a criança como centro

dinamizador de todo o trabalho comunitário envolvendo a família, a escola e a comunidade. Funciona como atividade de apoio às instituições que recebem e acolhem crianças nos jardins de infância, escolas, centros de saúde, autarquia local, entre outros, num trabalho interinstitucional, colaborando em programas socioeducativos, participando em conjunto com universidades e institutos superiores em estudos sobre a criança, e até mesmo enquadrando voluntariado jovem;

- Acolhimento de crianças, que tem por objetivo dotar os serviços de acolhimento de crianças com a melhor formação profissional e deste modo promover um serviço de melhor qualidade e apoio à primeira infância;

- Atividade Lúdica, em defesa do artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança, valoriza o significado sociocultural, pedagógico e educativo do jogo e do brincar, reconhecendo a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento infantil. É através deste setor que o IAC é o representante de Portugal nas Associações Internacionais que defendem o Direito de Brincar, nomeadamente a Associação Internacional para o Direito da Criança Brincar – IPA e a Associação Internacional de Ludotecas – ITLA;

- Centro de Documentação, trabalha na recolha, tratamento e difusão da documentação (nacional, estrangeira e internacional) sobre os problemas relativos à criança, utilizando os meios informáticos apoiando técnicos de diferentes instituições, alunos, comunicação social e a comunidade em geral;

- Centro Português para a criatividade, inovação e liderança – divulgação e apoio a sobredotados, com a divulgação da temática relacionada aos problemas e necessidades dos sobredotados, junto a instituições ligadas à crianças e/ou jovens e das famílias em geral;

- Crianças Maltratadas, com ações de intervenção e sensibilização para o problema das crianças maltratadas e negligenciadas, nos serviços de saúde e justiça;

- Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança em Pediatria, visando maior humanização dos espaços de serviço de saúde, para além de promover discussões, identificar e refletir sobre os fatores que condicionam a humanização destes serviços, propõe-se estratégias de intervenção e apoio em ações nos hospitais pediátricos e serviços de pediatria;

- Relações Externas e Apoio Jurídico, que, em contacto com entidades nacionais e estrangeiras, presta apoio jurídico e atendimento da mesma natureza, na preocupação de uma definição de uma política global de proteção e apoio à infância e juventude;

- S.O.S – através do contacto telefónico para o número 116 111, de carácter anónimo e confidencial, desde 1988 oferece informação e orientação de situações de risco de crianças e jovens, que expõem os seus problemas, falam de questões as afetam diretamente e pedem ajuda. Dispõe de uma equipa técnica constituída por psicólogos, assistentes sociais, educadores e juristas que de maneira empática e solidária, escutam, dialogam refletem e encaminham quem o solicita;

- S.O.S – Criança Desaparecida, que pelo número telefónico 116 000, muitas crianças têm sido salvas, e sendo o IAC, desde 2001, prestando serviço no âmbito do desaparecimento de crianças em articulação com entidades competentes na investigação e entidades judiciais, integrante da Federação Europeia para Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente;

- S.O.S - Família-Adoção: que pelo número 800 202 651, presta serviço de aconselhamento em questões de adoção e fornece suporte emocional e aconselhamento especializado às famílias, após o processo de adoção;

- Projeto Rua - em Família para Crescer, sendo um trabalho de rua com crianças em risco ou situação de marginalidade, único projeto inovador aprovado para Portugal em 1989 ao abrigo do Programa de Luta Contra a Pobreza da Comunidade Europeia, de cunho educativo em regime aberto, na tentativa de encontrar junto às crianças de zonas degradadas, cuja comunidade de fuga se situa na Baixa de Lisboa, propondo alternativas à vida na rua. Tem-se o suporte de uma Unidade Móvel Lúdico Pedagógica, que circula por estas áreas de atuação;

- Núcleo Regional de Coimbra, criado em 1992, que é uma extensão do Instituto, atua na promoção, coordenação e dinamização de atividades no Distrito de Coimbra e limítrofes, como na humanização das instituições de atendimento às crianças e jovens, que será caracterizado em seu pormenor mais à frente;

- Núcleo Regional dos Açores, criado em 1993, dinamiza atividades lúdicas nos Açores, no trabalho de rua com crianças em risco ou situação de marginalidade, e na sensibilização de entidades diversas para ações assertivas a favor das crianças.



Fig .06: Organograma do Modelo Integrado de Intervenção

Relativamente aos Projetos, são:

- Agir pela Criança: no âmbito de uma candidatura ao Fundo de Socorro Social do Instituto da Segurança Social, englobando a intervenção de dois setores do IAC (Saúde e Social), nomeadamente:

- “Projeto Rua – Inclusão em Movimento”: está a ser desenvolvido em 3 territórios, no que diz respeito à intervenção realizada em contexto de rua, no Conselho de Lisboa, e os outros dois na Zona Oriental de Lisboa, nos Bairros Dr. Alfredo Bensaúde e do Condado.

- “SOS-Criança – Atendimento Psicológico”: engloba uma vertente psicossocial, com a pretensão de promover a saúde mental das crianças para que possam beneficiar de bem-estar, equilíbrio psicológico e social. Através da

intervenção psicossocial, pretende-se que as crianças tenham sua imagem valorizada e que construam relações familiares e entre pares de maneira mais coesa. Período de Execução: de julho de 2019 a junho de 2020.

- Ambiente e Vida Saudável: “Da horta para a cozinha!” - Em parceria com o Grupo Auchan e a Rede Construir Juntos, promover junto das crianças uma alimentação mais rica em alimentos origem vegetal, bem como a valorização dos alimentos e sensibilização para a redução do desperdício alimentar. Incentivar o cultivo de alimentos em casa ou na escola, o consumo de produtos sazonais, como medidas eficazes em sustentabilidade alimentar. Período de Execução: de janeiro de 2020 a agosto de 2021.

- Conscious Parent Academy: “Replacement parent urgently need!” - No âmbito internacional (Europeu), em parceria com a Smart Foundation (Coordenação) - Polónia, eMundus – Lituânia, Instituto de Apoio à Criança – Lisboa e o MOPS - VšĮ Mano šeimoms akademija; visa aumentar as competências educacionais das famílias de acolhimento, assim como expandir e desenvolver as competências dos educadores e outros profissionais que apoiam os alunos adultos. Período de Execução: de outubro de 2020 a junho de 2023 (3 anos).

- Educa (CON)dado: Destina-se a crianças e jovens dos 10 aos 18 anos, do Bairro do Condado, com sua progressão escolar em risco. Envolvendo parceiros e famílias, visa reduzir as desigualdades no acesso às aprendizagens e o ciclo de pobreza e exclusão social. Período de Execução: de 31 de dezembro de 2020 a 1 de janeiro de 2023.

- Luz Verde à Criança: Este projeto tem como objetivo geral “Promover o respeito e a defesa dos Direitos da Criança, com especial enfoque nas que estão em situação de vulnerabilidade ou perigo, numa lógica de participação ativa, estimulando parcerias e a intervenção em rede no município de Lisboa. Período de Execução: de julho de 2020 a julho de 2021 (2º ano de um projeto de continuidade).

- Proinfância Marvila: Em parceria com a Fundação “la Caixa”, este projeto traduz-se numa “oportunidade de, através de uma perspetiva sistémica, ecológica e de rede, potenciar os recursos institucionais já existentes no âmbito do Plano Local de Intervenção com Crianças e Jovens, em prol do empoderamento das famílias e da capacitação das crianças e jovens do

território, garantindo um sistema integrado de micro redes, visando dar respostas às necessidades específicas de cada família. Período de Execução: de janeiro a dezembro de 2021.

- RADAR: Também de âmbito internacional (Europeu), em parceria com a Missing Children Europe (entidade promotora); Liège Université; Child Focus; Child Helpline International; Fundacja ITAKA (Polónia); The Smile of the Child (Grécia), este projeto visa sensibilizar os interventores sociais para uma melhor compreensão sobre o fenómeno das fugas de casa ou das instituições de acolhimento, promovendo a mudança de paradigma face à fuga, sendo esta entendida, não como problema comportamental, mas sim como comportamento consequente de experiências adversas vividas na infância. Período de Execução: abril de 2020 e tem a duração de 2 anos.

- Justice Youthopia: Trate-se de um projeto europeu apoiado pela Comissão Europeia no âmbito da Justiça Amiga das Crianças, em parceria com Save the Children (Itália); La Merced Migraciones Fundacion (Espanha); Save the Children (Roménia). Tem como objetivo a implementação de um gabinete piloto de apoio à criança, de natureza sociojurídico, num tribunal de família e menores, assim como a criação de um kit com informações sobre os direitos da criança, a ser desenvolvido com a ajuda de crianças e a realização de uma conferência nacional sobre o tema da participação da criança. Período de Execução: janeiro de 2020 a dezembro de 2021.



Fig. 07: Organograma das Áreas de Intervenção

## 2. Caracterização do IAC – Polo Coimbra

Por iniciativa do Dr. Torrado da Silva, pediatra no Hospital Pediátrico de Coimbra e sócio fundador do Instituto de Apoio à Criança (IAC), em 1985 dá-se o primeiro passo para a criação do Núcleo Regional de Coimbra; sendo constituído um grupo de técnicos preocupados, inicialmente, com as crianças vítimas de maus-tratos (Estatutos, Instituto de Apoio à Criança, 1983).

Em 1992, foi criado o Núcleo, iniciando oficialmente a sua intervenção, tendo sido definidos os programas considerados prioritários na região de Coimbra:

- \* Intervenção no grupo do Projeto de Desenvolvimento no Âmbito Social (P.D.A.S.) do Distrito de Coimbra (Secção Temática Infância e Juventude);
- \* A problemática das crianças, “só” ou oriunda de zonas rurais periféricas, na escola e na cidade – conjugação de esforços com a Direção Regional de Educação Centro - DREC, Juntas de Freguesia e outros serviços;
- \* Levantamento dos parques infantis existentes, recuperação dos espaços degradados e sensibilização para a prevenção de acidentes; e
- \* A problemática das crianças em situação de internato.

A partir de 2006, o Núcleo de Coimbra passa a designar-se IAC- Fórum Construir Juntos, assumindo então, a coordenação e dinamização da Rede Construir Juntos. Trata-se de uma rede de instituições da área de infância e juventude, que pretende promover o debate nacional sobre o combate à exclusão social.

A equipa do Núcleo atualmente é formada pelo Interlocutor da Direção, Dr. Luís Vaz das Neves; a Coordenadora, Dra. Paula Duarte; o Técnico Superior Serviço Social, Pedro Rodrigues; os Docentes do Ministério de Educação destacados no IAC, Ana Cristina Barros, Ana Margarida Vicente, Cristina Maria Basto e José António dos Santos Coelho.

O IAC – Polo Coimbra, neste momento, desenvolve a sua intervenção em diferentes segmentos, e tem por objetivos:

- apoiar e divulgar o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da Infância e Juventude;
- promover, dinamizar e apoiar Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família (GAAF) em diferentes Agrupamentos de Escolas, a norte de Leiria, no âmbito do Projeto de Mediação Escolar;
- conceber, organizar e implementar Ações de (In)Formação/Sensibilização e outros momentos formativos e dinamizar espaços de diálogo interinstitucionais por forma a sensibilizar para a problemática das crianças em risco, através de uma rede de instituições parceiras, a Rede Construir Juntos (RCJ) e a Rede Juvenil Crescer Juntos (RJCJ), que procuram valorizar o trabalho em rede e de proximidade com as entidades de terreno, tendo em conta as opiniões e as propostas das crianças e dos jovens.

A RCJ tem como finalidade potenciar as sinergias das ações no combate à exclusão social e congrega, atualmente, um número considerável de instituições com responsabilidade na área da infância e juventude. É coordenada e dinamizada, a nível nacional, pelos setores IAC – Polo de Coimbra e Projeto Rua – Em Família para Crescer – Lisboa e tem a potencialidade de envolver crianças e jovens, que constituem a Rede Juvenil Crescer Juntos (RJCJ), em projetos anuais e proativos.

As Ações de Sensibilização e (In)Formação têm o objetivo de divulgar e consciencializar a comunidade para a defesa e promoção dos Direitos das Crianças, decorrendo das parcerias formais e informais. Estas ações destinam-se a crianças de vários níveis etários, famílias, profissionais de diferentes áreas e a todos os agentes da comunidade educativa.

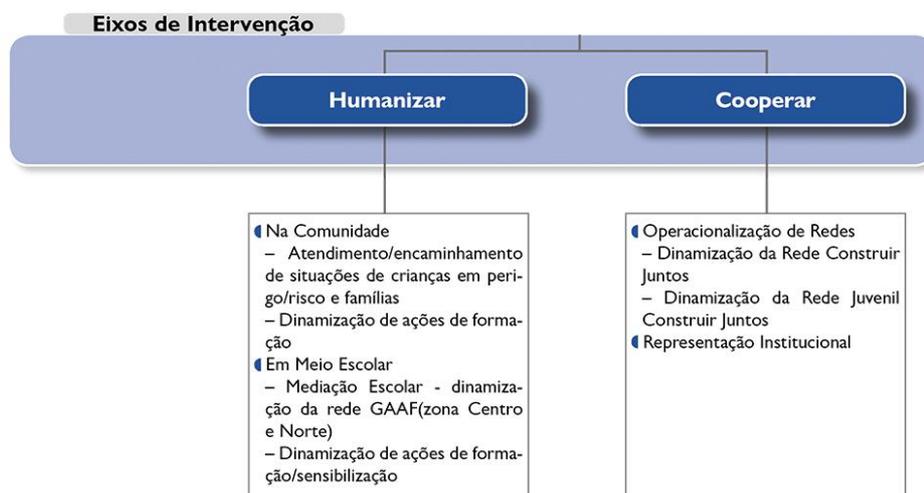


Fig. 08: Eixos de Intervenção IAC – Polo Coimbra

#### Atividades e Projetos desenvolvidos pelo Polo Coimbra:

- Formação: Criação de espaços de diálogo e reflexão, sobre aspetos que conduzam a um melhor conhecimento da criança, por parte de pais, professores, técnicos e comunidade em geral; Estimular a reflexão de experiências enriquecedoras que permitam cada vez melhor adequação de atitudes face à criança e promoção plena dos seus direitos;

- Humanização das Instituições de Acolhimento de Crianças - HIAC: Intervenção em instituições de acolhimento de crianças, tendo em vista a criação de condições facilitadoras do seu desenvolvimento harmonioso, em diferentes áreas; Promoção e desenvolvimento de projetos em estruturas de atendimento de crianças;

- Atividade Lúdica: Defesa do direito de brincar, a partir do reconhecimento da importância da atividade lúdica para o desenvolvimento infantil; Valorização do significado sociocultural, pedagógico e educativo do jogo e do brincar, na família, no bairro, na escola, no hospital, ou entre crianças; Intervenção em projetos de animação; Apoio na animação de espaços lúdicos;

- Centro de documentação: Recolha, tratamento e difusão de documentação relativa à criança; Difusão da informação;

- Publicações / Atividade Editorial: Documentos sobre a atividade do IAC (Boletim do IAC, etc.); Publicações de temáticas acerca da criança;

- Ações de informação e sensibilização: Diálogo, troca de experiências, debate, com o objetivo de contribuir para a defesa e a promoção dos direitos da criança, para a mudança de atitudes da comunidade face à criança;

- Orientação de Estágio: Observação, acompanhamento e intervenção social, psicológica e pedagógica na área da infância, sensibilizando os futuros profissionais para a eficácia de novas formas de intervenção;

- Ações ligadas à comunidade: Estimular enquanto espaço de encontro, a coordenação de ações de diferentes instituições, oficiais e particulares, que têm a criança como polo dinamizador de todo o trabalho comunitário que envolve a família, a escola e a comunidade;

- Atendimento e encaminhamento: Atendimento e/ou encaminhamento a famílias, técnicos e outros, que procuram aconselhamento ou orientação, tendo em vista a resolução de situações problemáticas; Colaboração com serviços de apoio à criança vítima de maus-tratos, já existentes em Coimbra.

Estes projetos e atividades tem como objetivos gerais promover condições psicológicas, sociais e pedagógicas que contribuam para a consolidação do sucesso escolar e pessoal da criança/jovem. E os específicos, como abaixo relacionados:

- Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais do aluno.

- Contribuir para a reflexão e concretização do projeto de vida da criança/jovem.

- Promover iniciativas para fomentar a relação entre os agentes da comunidade escolar.

- Diminuir situações de risco, em situações de abandono escolar, absentismo escolar ou violência escolar; em situações que coloquem em causa a integridade física e emocional da criança/jovem e, situações de consumo de substâncias psicoativas.

- Promover a inter-relação entre os diversos intervenientes Família/Escola/ Comunidade, como agentes participantes no processo de desenvolvimento pessoal, social e educativo, de maneira a criar e dinamizar a

Rede de Apoio Social (RAS); e promover o envolvimento parental no percurso escolar do aluno.

Para os anos 2021-2022, o IAC - Polo Coimbra conta com as seguintes parcerias externas:

- Agrupamento de Escolas de Alvaiázere
- Agrupamento de Escolas de Ansião
- Agrupamento de Escolas Cabeceiras de Basto
- Agrupamento de Escolas Bissaya Barreto (Castanheira Pera)
- Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos
- Agrupamento de Escolas de Góis
- Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente
- Agrupamento de Escolas de Melgaço
- Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
- Agrupamento de Escolas de Miranda do Corvo
- Agrupamento de Escolas Morgado de Mateus (Vila Real)
- Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho EB2+3/S (Valença)
- Agrupamento de Escolas Escalada (Pampilhosa da Serra)
- Agrupamento de Escolas do Infante D. Pedro (Penela)
- Agrupamento de Escolas de Pombal
- Agrupamento de Escolas das Taipas – Guimarães
- Agrupamento de Escolas Coimbra Oeste - Coimbra
- Escola Profissional da Agricultura e Desenvolvimento Rural de

Vagos

Também se encontra em articulação para este estágio, uma parceria com a Casa de Formação Cristã Rainha Santa e a União de Freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu).

### **3.Caracterização da Casa de Formação Cristã Rainha Santa**

A Casa de Formação Cristã da Rainha Santa está localizada em Coimbra, na freguesia U.F. Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São

Bartolomeu). E como todas as casas de acolhimento, a Casa de Formação Cristão da Rainha Santa – Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 1930, sendo reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública.

Assume como missão a promoção dos direitos e a proteção das crianças e jovens do sexo feminino, essencialmente das que estejam em situação de perigo e/ou risco de exclusão social, vítimas de abusos, maus-tratos físicos e psicológicos, ou qualquer outra maneira de agressão à sua integridade.

Tem como primordial finalidade a proteção dos direitos destas crianças e jovens, e a promoção da realização de um projeto de vida, baseado nos estudos, na formação humana e profissional, assegurando a criação de alicerces para um futuro promissor.

O suporte financeiro é assegurado pela Segurança Social, para as despesas de manutenção da Instituição.

### **3.1 – Organização Interna**

A CFCRS é composta por uma Equipa Técnica multidisciplinar nas áreas do Serviço Social, Psicologia e Educação Social; uma Equipa Educativa e uma Equipa Auxiliar, de maneira a proporcionar uma resposta adequada às necessidades.

Desta maneira, está assim organizada:

Da Equipa Técnica:

- \* 1 Diretora Técnica, licenciada em Serviço Social;
- \* 2 Assistentes Sociais; e
- \* 2 Psicólogas, uma delas em regime de prestação de serviços.

Da Equipa Educativa:

- \* 1 Educadora, com Mestrado em Ciências da Educação;
- \* 1 Educadora, licenciada em Política Social;
- \* 2 Educadoras, licenciadas em Serviço Social; e
- \* 3 Ajudantes de Ação Direta, com o 12º ano.

Da Equipa de Apoio:

- \* 2 Cozinheiras;
- \* 1 Auxiliar de Serviços Gerais;
- \* 1 Encarregado de Oficina; e
- \* 1 Trabalhador Agrícola, em regime de prestação de serviços.

Outros:

- \* 1 Contabilista;
- \* 1 Professora destacada pelo Ministério da Educação.

No decorrer do percurso, as crianças e jovens são acompanhadas por uma gestora de caso, uma educadora e uma psicóloga.

As psicólogas realizam o acompanhamento psicológico com cada criança, em atendimento psicoterapêutico e avaliação; realizam intervenções juntamente às educadoras e gestoras de caso, envolvendo estratégias para lidar com cada criança em particular, uma vez que algumas se recusam o acompanhamento psicológico, de maneira a possibilitar o diagnóstico das dificuldades; há uma vertente com maior orientação escolar e profissional; eventualmente fazem o encaminhamento clínico para o serviço de pedopsiquiatria, após uma avaliação comportamental, emocional e cognitiva, ao perceberem a necessidade de medicação; elaboram relatórios de parecer ao Tribunal sobre a vida corrente das crianças, como as visitas à família, finais de semana, férias...; além de as acompanhar ao Tribunal, à Segurança Social, para mais de serem suas Encarregadas de Educação.

A Casa de Formação ainda conta com estagiárias das áreas do Serviço Social, Psicologia e Ciências da Educação, cada qual com o seu projeto de atividades pré-definidos entre a Instituição Superior de Ensino e aquela, nomeadamente nas áreas de apoio ao estudo, formação religiosa, atividades lúdicas, dinâmicas de grupo (desenvolvimento da autoestima e desenvolvimento cognitivo). Atualmente, contam também com o Projeto “Peças Unem Pessoas”, objeto de estudo e desenvolvimento deste Relatório, mais à frente discriminado.

### 3.2 – Crianças/Jovens

Atualmente são acompanhadas 31 crianças e jovens do género feminino, compreendidas entre 08 e 23 anos, das quais 30 são portuguesas e 1 brasileira. Algumas delas pertencem a grupos étnicos minoritários no país.

Ao ser institucionalizada, cada criança ou jovem tem um projeto de vida traçado, podendo ser a autonomia, a adoção ou a reintegração, que vem a ser dividido em subprojectos a serem avaliados semestralmente, para se atingir a meta inicialmente planificada.

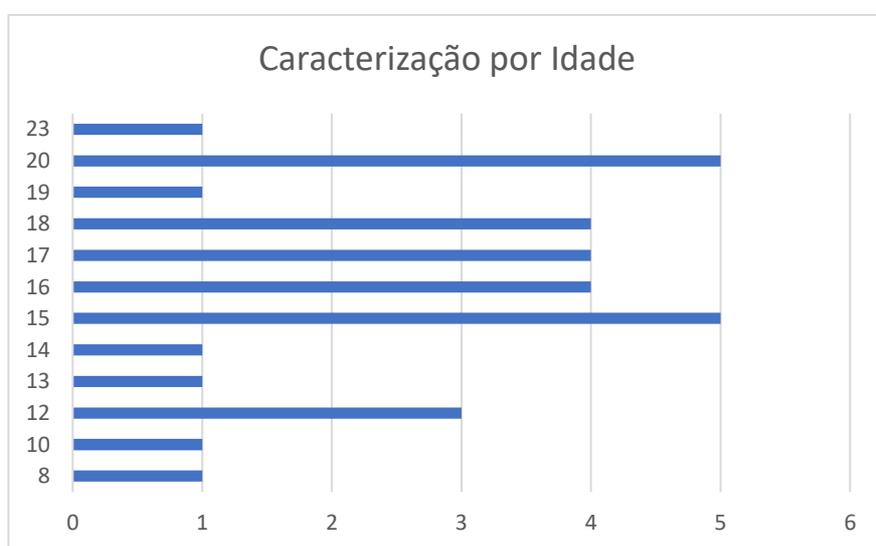


Gráfico 01: Caracterização por Idade na CFCRS

O acolhimento destas crianças/jovens é formalizado ao abrigo da Lei 147/99 de 01 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo), tendo sido alterada pela Lei nº 31/2003 de 22 de agosto, pela Lei nº 142/2015 de 8 de setembro, posteriormente pela Lei nº 23/2017 de 23 de maio, e mais recentemente pela Lei 26/2018 de 5 de julho.

Compete às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, às CPCJs, assim como aos Tribunais, a aplicação das medidas de promoção dos direitos e a proteção da criança e jovem em perigo. É de se observar que as medidas integram um acordo de promoção e proteção, estando as crianças e jovens da CFCRS sob a Medida de Acolhimento Residencial.

Face ao exposto, o acompanhamento do cumprimento da medida é de responsabilidade de um técnico da Segurança Social, sendo este designado

através da Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais – EMAT, ou da CPCJ, da área de residência da criança/jovem ou do distrito da Casa de Acolhimento.

Sendo de extrema importância a gestão do Processo de Promoção e Proteção, e de forma a garantir a troca de informações, a CF CRS está permanentemente em contacto com as entidades supramencionadas. Para tal, periodicamente, geralmente a cada 6 meses, são elaborados relatórios sobre as crianças e jovens acolhidas, sendo àquelas instâncias comunicadas as informações que se fazem relevantes sempre que se justifique, via carta postal, correio eletrónico, fax ou até mesmo chamadas telefónicas.

No âmbito educacional, contactos regulares são realizados com as escolas e centros de formação, para o acompanhamento da evolução e eventuais necessidades que as alunas/formandas venham a evidenciar. Assim sendo, são desenvolvidos métodos de estudos ajustados às necessidades individuais, num acompanhamento personalizado. Também é levado em consideração a possibilidade de ser desenvolvido ações de exploração e orientação vocacionais, juntamente com as jovens, tendo por objetivo co-construir projetos de vida ajustados aos interesses de cada uma.

Às questões relacionadas à saúde, são contactados os diferentes serviços existentes, nomeadamente os Centro de Saúde Norton de Matos e de Celas, bem como o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra – Hospital Pediátrico, o Hospital Universitário de Coimbra e o Hospital dos Covões; assegurando um acompanhamento adequado às necessidades das residentes.

Uma outra preocupação, e não menos importante, é o acompanhamento a inserção no mercado de trabalho das jovens que iniciam o seu percurso profissional. Desta maneira, para além de serem auxiliadas na procura de emprego, também são mantidos contactos com a entidade patronal para averiguação da evolução sofrida pela jovem.

O Projeto de Vida da criança, constitui a linha que norteia a intervenção junto à criança/jovem durante o período de acolhimento; e sempre que possível é definido em conjunto com a mesma, sua família e a técnica que acompanha a Medida de Acolhimento Residencial. É recorrido à estudos e diagnósticos sócio familiares e aos pareceres das equipas técnicas e educativas, de forma

interdisciplinar. Toda a ação é voltada para o desenvolvimento da maturidade e consequente autonomia nas suas múltiplas vertentes (pessoal, afetiva, social, educacional...); configurando-se, portanto, como estratégia de intervenção, objetivando a saída segura da Casa de Acolhimento. Ainda que o acolhimento seja considerado como transitório, e o centro da intervenção institucional seja no sentido da reintegração familiar, o que nem sempre se torna viável, a autonomização é a meta; e assim, competências pessoais e sociais são treinadas para atingirem com o maior sucesso possível, o processo de desinstitucionalização, perante as circunstâncias do cotidiano.

## **CAPÍTULO IV. ATIVIDADES DE ESTÁGIO – O Projeto**

### **1. Atividades de Estágio**

O que se constitui como objetivo deste estudo, com o auxílio de uma revisão de literatura e a experiência profissional da estudante no Mestrado enquanto Psicóloga, Psicopedagoga e Mestranda em Ciências da Educação, serão fundamentais para a reflexão sobre o verdadeiro acolhimento, na formação de vínculos e como lidar com os reveses da vida quando “eu sou retirada(o)”, ou “o outro” parte, e que fazem efetivamente parte de uma medida de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em perigo e/ou risco, no que concerne à saúde mental, afetiva. Os métodos e a técnica usados no desenvolvimento do estudo são adequados aos objetivos que se pretende alcançar.

Portanto, enquanto propósito geral, como já mencionado anteriormente, deseja-se promover às crianças e adolescentes institucionalizadas na CFGRS, um espaço que propicie se expressarem e comunicarem seus afetos. Num espaço educativo não formal, através de jogos analógicos, trabalhar o amadurecimento da gestão das emoções.

## **1.1 Fase inicial de estágio**

O presente estágio curricular decorreu de 28 de outubro de 2021 a 30 de junho de 2022, de segunda a sexta, entre as 9h e as 17h, no total de 900h, nas instalações do IAC – Polo Coimbra, sob acompanhamento técnico da Dra. Paula Duarte, Coordenadora do IAC – Polo Coimbra, e sob orientação da Professora Doutora Sónia Mairós Ferreira, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Durante os dias e horários de permanência no IAC, fui convidada a participar de várias atividades relacionadas aos variados projetos desenvolvidos, e ainda, indicação para atividades de parceiros.

Todas as participações nas webinaries, fóruns, encontros técnicos, conferências, formações internas e externas ao IAC, entre outros, estive no papel de formanda, participante representante do IAC-Polo Coimbra. No que toca ao Projeto do “Coimbra a Brincar”, para além de representante nas reuniões, também atuei juntamente com os demais técnicos e estagiárias, no dia do evento, como monitora dos jogos por nós selecionados em reunião interna. Em qualquer papel exercido, foi uma mais-valia para o networking, aprendizagem sobre cada assunto, e projetos futuros.

Também fui convidada a redigir para a Newsletter do IAC sobre o projeto “Peças Unem Pessoas”, atividade desempenhada geralmente pelo Técnico Superior Serviço Social Pedro Rodrigues, o que me deixou extremamente honrada, pois me deram a perceber mais uma vez a confiança que tinham em meu profissionalismo.

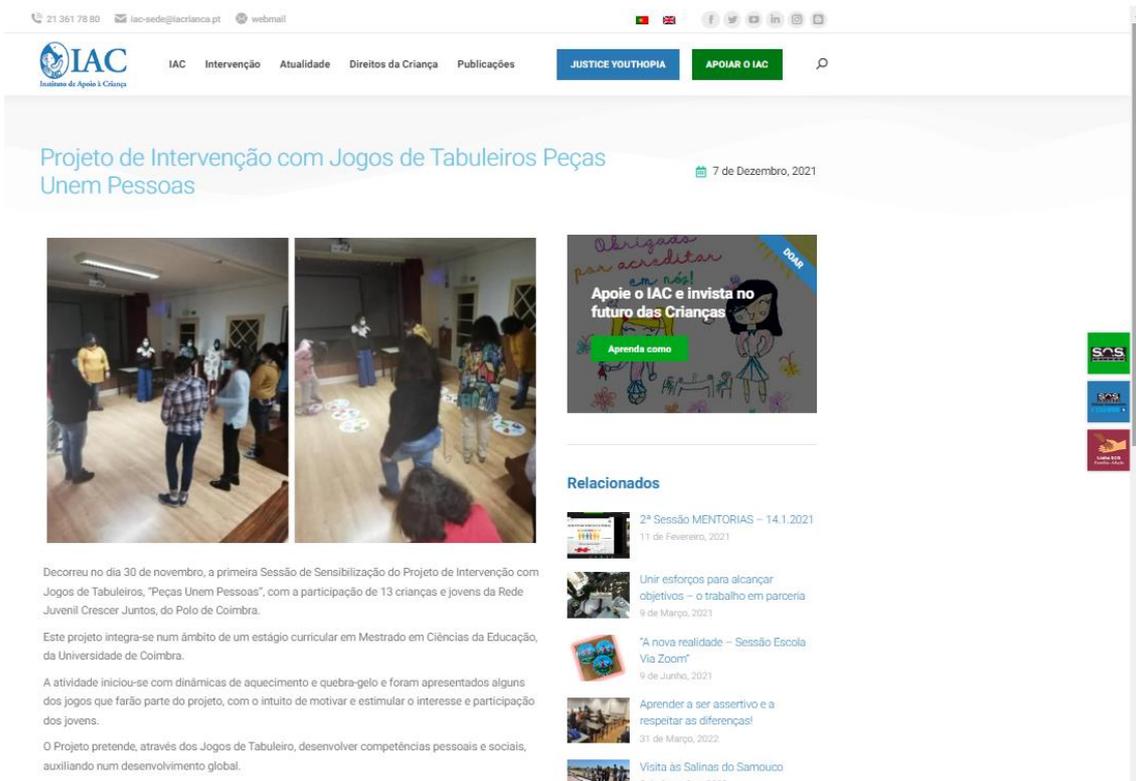


Fig. 09: Newsletter IAC Nov/2021<sup>1</sup>

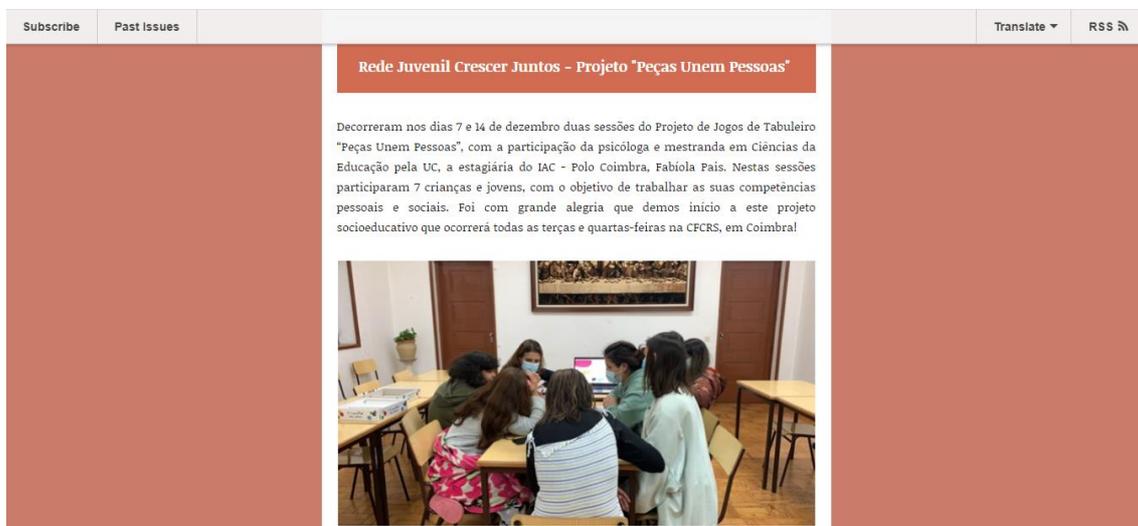


Fig. 10: Newsletter IAC Dez/2021<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Disponível em: <https://iacrianca.pt/2021/12/projeto-de-intervencao-com-jogos-de-tabuleiros-pecas-unem-pessoas/>

<sup>2</sup> Disponível em: [https://mailchi.mp/iacrianca/newsletter\\_iacemnoticia\\_dezembro2021](https://mailchi.mp/iacrianca/newsletter_iacemnoticia_dezembro2021)

Apresento as atividades pontuais, as quais me proporcionaram uma satisfação, pelo aprendizado, inserção para maior conhecimento dos problemas e possíveis soluções voltados à situação das crianças e jovens:

- Webinar “Jogos na escola: do tabuleiro a estratégias para a vida”, 29/09/2021 das 15h às 17h, dinamizada pela Doutora Ana Cristina Almeida (FPCEUC), organizada pelo grupo de trabalho de Coimbra composto por várias instituições”, no âmbito da 11ª Campanha “Laço Azul - Prevenção de Maus-Tratos a Crianças e Jovens;

- Fórum Temático Rede GAAF, “O Ginja conversa com os GAAF!”, para apresentação relatório GAAF e do programa Ginja com conteúdos para o desenvolvimento das competências socio-emocionais das crianças do pré-escolar ao 4º ano do CEB, a 17/11/2021 das 15h às 16:30h, via Zoom;

- Webinar “A Determinação do Superior Interesse da Criança nos Processos Tutelares Cíveis, do Ciclo de Formação Interna do IAC, a 23/11/2021 das 10h às 12h, com a Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Clara Sottomayor;

- 2º INFODAY “Migração e Inclusão”, do Projeto TEACHmi, a 03/12/2021 das 13h às 18:30h, com estreia o documentário "My heart is there, my body is here", no Anfiteatro da FPCEUC;

- Webinar “A participação das crianças em participação das crianças em procedimentos judiciais”, a 16/12/2021 das 14:30h às 16:30h, organizado pelo IAC, no âmbito do projeto europeu Justice Youthopia;

- Webinar “Quando a parentalidade não cabe na prisão: dar voz aos direitos das crianças e jovens”, a 20/12/2021 das 10h às 12h, promovido pelo Projeto Trampolim, via Zoom

- Webinar Encontro Nacional GAAF, sob o tema “GAAF na prevenção: da violência de género, da violência no namoro e dos comportamentos autolesivos”, a 16/02/2022 das 14:30h às 16:30h, organizado pelo IAC;

- Evento *online* para assinalar a comemoração em Portugal pela primeira vez o “Dia do Acolhimento”, a 18/02/2022 das 10h às 12h, iniciativa da Plataforma P.A.J.E.;

- Encontro “Educar para Incluir: Reflexões e práticas”, a 15/03/2022 das 11h às 17:30h, no auditório da Fundação Calouste Gulbenkian com transmissão

em direto na página do Facebook do IAC, evento dedicado à Educação Inclusiva e à Cidadania, celebrando o 39º aniversário do IAC;

- Conferência final do projeto europeu Justice Youthopia, sob o tema “Improving children participation in legal proceedings, 24 e 25/03/2022 das 10h às 17h, organizado pela Save the Children Itália, transmitido pelo site do projeto;

- 1º Encontro de Direito (En)Direito, sob o tema “Passado, presente e futuro do verbo brincar”, a 25/03/2022 das 9:30h às 17h, organizado pelo IAC – Açores, transmissão em direto no Facebook;

- Fórum Temático Rede GAAF, “Conversas em círculo e o uso da metodologia dos jogos UN-HU – Jogos de Competências”, de acordo com o Plano Anual de Atividades do IAC – Polo Coimbra, no âmbito do Projeto de Mediação Escolar, a 30/03/2022 das 15h às 16:30h, via Zoom;

- IV Jornadas Técnicas, sob o tema “Acolhimento Familiar: dos desafios às boas práticas”, a 04/04/2022 das 14h às 17h, promovidas pelo Serviço de Acolhimento Familiar da Mundos de Vida;

- I Encontro de Técnicos de Casas de Acolhimento, sob o tema “O Equilíbrio entre o Saber e o Sentir”, a 07/04/2022 das 9:30 às 16h, organizado pela Plataforma P.A.J.E;

- Webinar “No lugar d@ outro@... E se fosse comigo ou com @ melhor amig@?”, a 22/04/2022 das 10h às 11h, no âmbito do Plano 21/23 Escola+, Eixo “Ensinar e Aprender”, domínio + Recursos Educativos, DGE;

- Ciclos de Capacitação para técnicos/as, sob o título “Ativar a Participação dos Jovens”, 24/05, 07 e 14/06/2022, das 14h às 17h, num total de 9h, pela Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, via Zoom;

- Participação como representante do IAC, nas reuniões de preparação, no pequeno cortejo de convite à população, e efetiva participação no dia, em comemoração do Dia do Brincar, festejado nos dias 27 e 28/05/2022 no Parque Verde, margem direita. O “Coimbra a Brincar” é um projeto da APCC em parceria com várias instituições de Coimbra, como o Exército Português, a SMTUC, o IAC, entre outros.



Fig. 11: Parada "Coimbra a Brincar"<sup>3</sup>



Fig. 12: Parada "Coimbra a Brincar"<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Acessível em: <https://coimbracolectiva.pt/2022/05/24/sabado-e-dia-de-por-coimbra-a-brincar-com-100-actividades-gratuitas-e-ninguem-fica-de-fora/>

<sup>4</sup> Acessível em: <https://coimbracolectiva.pt/2022/05/24/sabado-e-dia-de-por-coimbra-a-brincar-com-100-actividades-gratuitas-e-ninguem-fica-de-fora/>



Fig. 13: “Projeto Coimbra a Brincar”, participação do IAC em 27 e 28/05/2022

- III Colóquio “Brincar e Modos de ser Criança, realizado pelo IAC-Polo Coimbra, no Convento São Francisco, em 31/05/2022. Para além de estar inscrita, minha participação foi na organização do espaço, organização do material a ser entregue a cada inscrito, rececioná-los e conferir seus dados na lista de presença para posterior envio de certificado.



Fig 14: “III Colóquio “Brincar e Modos de ser Criança” ”, em 31/05/2022



Fig. 15: Equipa do IAC – Polo Coimbra

- Apresentação do Projeto “Voar para a Autonomia”, a 15/06/2022 das 10h às 16h, na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, pela Plataforma P.A.J.E;

- Webinar “Nem mais uma palmada – prevenir e remediar a utilização dos castigos corporais”, do Ciclo de Formação Interna do IAC, a 28/06/2022 das 10h às 12h, com a Juíza Conselheira do Supremo Tribunal de Justiça, Clara Sottomayor.

## **1.2 Fase inicial de estágio prático (do projeto)**

O estágio prático se deu com a implementação do projeto intitulado por mim de “Peças Unem Pessoas”, mediado pelo IAC – Instituto de Apoio à Criança / Polo Coimbra, com crianças e jovens institucionalizadas na Casa de Formação Cristã Rainha Santa, às terças-feiras, com 1 hora de duração cada sessão.

A apresentação do projeto foi realizada no dia 30 de novembro de 2021, com uma sessão de sensibilização do projeto educativo de intervenção com jogos analógicos, às crianças e jovens da Casa de Formação Cristã Rainha Santa, idealizada pela senhora Professora Ana Margarida Vicente, que desempenhou um papel de minha supervisora extraoficial, por já ser conhecida pelas crianças em outras atividades desenvolvidas pelo IAC, e pela Doutora

Professora Ana Cristina Almeida, da FPCEUC; ambas apaixonadas por Jogos de Tabuleiros e alinhadas através da AIC - Associação Inclusão ConTacto. Tivemos a dinamização de jogos demonstrativos, com posterior inscrição das crianças e jovens interessadas.

### **1.3 Caracterização do público-alvo**

Num universo de, atualmente, 31 crianças/jovens do género feminino, institucionalizadas por diversos motivos na Casa de Formação Cristã Rainha Santa, entre os 8 (oito) e os 23 (vinte e três) anos, se inscreveram para participar do projeto, 22.

### **1.4 Atividades desenvolvidas**

- \* Utilização direta de jogos de tabuleiro e jogos com cartas;
- \* Adaptação de jogos existentes;
- \* Apresentação de vídeos, histórias introdutórias, aos jogos para auxiliar na dinâmica e reflexão.

#### **1.4.1 O Projeto “Peças Unem Pessoas”: Intervenção Socioeducativa**

Visando a defesa e promoção dos Direitos da Criança, inclusão e práticas de cidadania, com o apoio situado em intervenção pelos jogos e lúdico, desenvolvendo ações educativas/psicoeducativas, nomeadamente, junto às crianças e jovens acolhidas e residentes na Casa de Formação Rainha Santa.

Dos objetivos específicos:

- \* Realizar a caracterização da Instituição Acolhedora;
- \* Caracterizar as crianças que ingressaram no projeto;
- \* Perceber o percurso afetivo/vínculo das crianças e jovens participantes do projeto (enquanto amostragem) com os agentes colaboradores da instituição, e se possível, com a família biológica;

\* Auxiliar no processo de amadurecimento vínculo/afetivo, de maneira que consigam elaborar melhor as entradas e saídas das relações.

Técnica de Avaliação:

Observação e análise dos discursos e comportamentos através da utilização dos jogos; considerando o envolvimento, empatia, resiliência e vínculo.

Aplicação:

\* Jogos de tabuleiro e Jogos de cartas, orientados para as emoções.

\* Dinâmicas orientadas

#### **1.4.1.1 Metodologia**

A intervenção passará por um programa de ações baseadas em jogos/lúdicos/expressividade, dirigida às crianças e jovens, em pequenos grupos, em horário coincidente com sua presença na Casa, com duração de 1 hora cada sessão, visando conhecer e desenvolver as competências pessoais e sociais, atitudes saudáveis e positivas perante si próprias, aos outros e ao seu percurso escolar; assim como, terá sua ênfase na análise e reflexão sobre a importância da relação, do vínculo e dos afetos entre as crianças e jovens institucionalizadas, e assim, perceber o percurso afetivo/vínculo destas participantes do projeto (enquanto amostragem) com os agentes colaboradores da instituição, e se possível, com a família biológica.



Fig. 16: Intervenção com o Jogo “O Monstro”



Fig. 17: Intervenção com o Jogo “Gostarzinho”



Fig. 18: Intervenção com o Jogo de Cartas Adaptado

### **1.4.1.2 Apreciação final**

As razões de admissão destas crianças e jovens nas Casas de Acolhimento em geral são cada vez mais diversificadas e complexas, não sendo diferente na CF CRS, tendo seus pedidos de acolhimento encaminhados pela equipa de Gestão Centralizada de Vagas do Instituto de Segurança Social, IP. – Centro Distrital de Coimbra. E em sua maioria, alguns dos motivos que os levam para a institucionalização, são a negligência e os maus-tratos, sejam eles físicos e/ou emocionais, associados a questões como a desestruturação e a

disfuncionalidade familiar, a incapacidade parental e a falta de competências para a imposição de limites e regras, comportamentos desviantes e de oposição, instabilidade emocional.

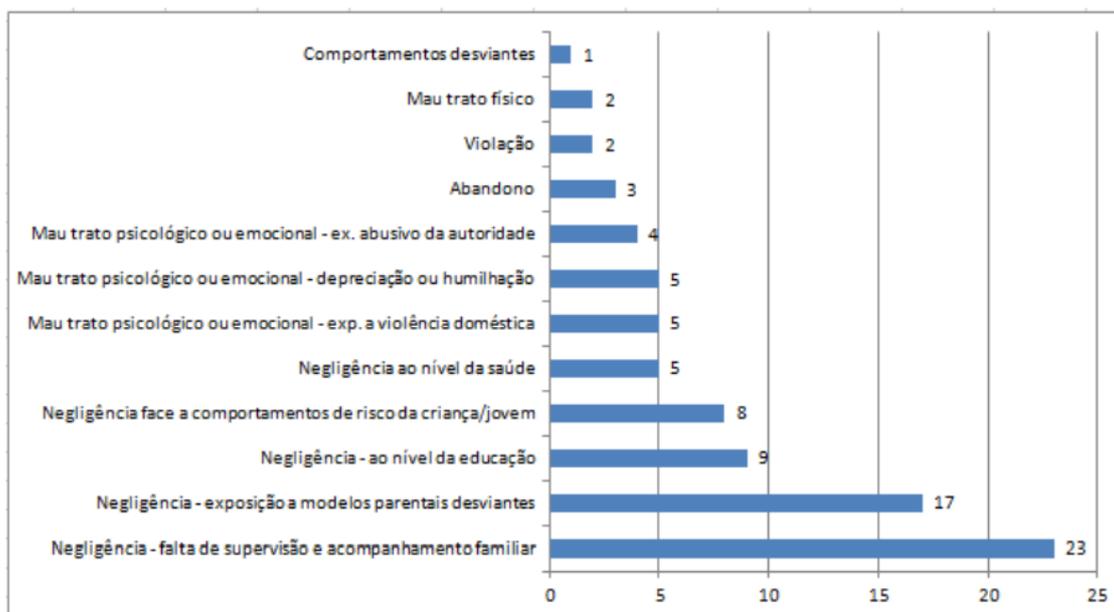


Gráfico Causas do Acolhimento na CFCRS

A relação interpessoal vem sendo afetada desde o início da pandemia que acometeu o mundo inteiro pelo vírus SARS-COV-2, nomeadamente o COVID-19. Este, continua a ditar a maneira de organização das instituições como um todo.

Ainda que a CFCRS tivesse implementado e mantido até o momento todos os mecanismos de proteção individual e coletiva orientados pelas diretrizes emanadas pelas autoridades de saúde, não foi possível assegurar à 100%, por razões óbvias, que algumas das crianças não fossem contaminadas, ainda que tenha se esforçado para manter a rotina e dinâmica interna; e assim, algumas das sessões tiveram de ser supridas do programa. O que ao meu entender, não foi efetivamente prejudicial ao estudo, uma vez que acredito ter alcançado o objetivo, conforme exposto a seguir.

Embora tenha havido um número substancial de inscrições, foi deixado muito claro que não era de obrigatoriedade a participação das crianças e jovens

inscritas, assim como eram bem-vindas àquelas que num primeiro momento se demonstraram indiferentes. E assim, a frequência era flutuante.

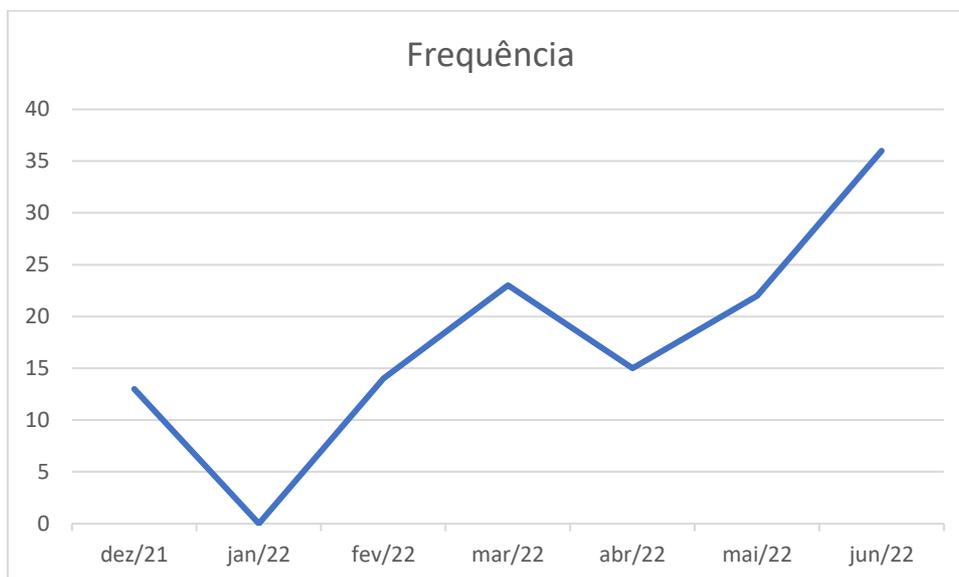


Gráfico 02: Frequência Mensal das Sessões

Conforme anteriormente dito, a grande proposta deste projeto é visar a defesa e promoção dos Direitos da Criança, inclusão e práticas de cidadania, com o apoio situado em intervenção pelos jogos e lúdico, desenvolvendo ações educativas/psicoeducativas. Foi possível observar o amadurecimento emocional destas jovens, que chegaram nas primeiras sessões com ar de desconfiadas, com postura defensiva, enquanto umas tímidas demais outras com uma necessidade extrema de serem ouvidas; e que ao longo das sessões tiveram a possibilidade de conhecer suas emoções e sentimentos, nomeá-los, perceber quando fazer uso conveniente dos mesmos.

A exemplo disto temos 5 situações a serem destacadas:

1. Uma das crianças, a qual será identificada como L1., 19 anos, com baixa autoestima, introspectiva, participa de toda as sessões. No início, quase não dizia nada, sempre a dizer que não sabia o realmente sentia, e por isto, não sabia nomear. Não poderia ser diferente, pois uma adolescente que, segundo dito “em off” pelas demais colegas, esteve em processo de adoção por 4 vezes. Ao final

do projeto, já participava ativamente das discussões, nomeava e exemplificava as emoções e sentimentos nas situações expostas de maneira voluntária; disse gostar imenso das atividades e aprender melhor sobre os sentimentos e como já pôde perceber mudanças do seu próprio comportamento. Ressaltou a importância do projeto e como gostaria que fosse dada continuidade.

2. T., 12 anos, desde o primeiro contacto com o projeto se colocou como uma criança opositora, e de certa forma, agressiva. Apesar de ter se inscrito, e se fazer presente, nas 2 primeiras sessões se recusava a participar dos jogos. Dizia sempre sentir raiva, mas não conseguia identificar o porquê. Por ser de etnia cigana, as demais já compreendiam o seu modo de estar no mundo, uma vez que “os ciganos são todos brutos”, como elas mesmas verbalizavam a cada grosseria feita por T. Já acordava assim! Conforme o passar do tempo, T. começa a adentrar à sala com ar mais descontraído, participativa, a ajudar as demais miúdas nas atividades, mesmo quando estas não eram propriamente de cooperação. Já não mais ficava a se distrair com o telemóvel, como era de costume no início.
3. Gêmeas, C. e N., 17 anos possuem uma simbiose e dependência por parte de C. extremada. Ambas chegavam completamente mudas, se fazendo estar somente de corpo presente nas atividades. Sentavam sempre juntas, e se comunicavam pelo olhar! Com o passar do tempo, sendo estimuladas a sentarem separadas e a verbalizarem o que pensavam e sentiam, já frequentavam sozinhas as sessões, quando uma das partes tinha qualquer outra atividade. Contudo, há a salientar que ambas possuem algum tipo de atraso intelectual, que nunca foi mencionado pelas colaboradoras da casa.
4. J., prestes a completar seus 18 anos, sempre muito comunicativa, 12º ano, mãe solteira, filho de 2 anos de idade, também institucionalizado no Concelho da Figueira da Foz. Já vinha apresentando melhoras de comportamento na Casa e na escola, na certeza que voltaria a ter a guarda do filho quando saísse da Casa.

Infelizmente, J. sucumbiu ao medo de perder o filho, quando da notícia que este seria proposto à adoção, notícia esta dada pela técnica responsável pelo seu processo na Segurança Social; recebeu a visita do filho na CFGRS, levado por colaboradores da instituição a qual pertencia, e acabou fugindo com o ele, um mês antes do ano letivo terminar.

5. L2., 15 anos, brasileira, vive há 1 ano e meio na Instituição. No início das atividades, respondia às questões levantadas sempre na defensiva, até mesmo de forma arrogante, como se as demais do grupo a vissem como menos importante por ser imigrante. Com o trabalho efetuado, L. pôde perceber que as respostas que tinha do outro era resultado da sua fala verbal e não-verbal, e que isso suscitava o sentimento de inferioridade e defesa.

As duas últimas sessões foram destinadas a avaliação verbal do projeto, e produção de texto reflexivo.

Eu gostei muito das atividades que fizemos, aprendi mais sobre os sentimentos, com estas atividades aprendi mais a controlar os meus sentimentos. Aprendi a controlar a raiva que sentia pelas outras pessoas.

Aprendi muitas coisas novas com os sentimentos.

Também acho que algumas das minhas coisas mudaram de atitudes que tinham antes.

Gostei imenso da participação da Fabíola nas atividades e acho que se exerciteu bem. Gosta imenso que teve mais atividades neste tipo.

Obrigada pelas atividades sobre os sentimentos.

Eu acho que na minha opinião está de paradas.

Eu também acho que mudei em algumas coisas comigo mesma e com as outras pessoas.

Adorei muito das atividades.

Fig. 19: Reflexão da L1.

Pôde-se constatar que o acolhimento residencial tardio, representa um desafio também para os técnicos, pois as jovens trazem consigo comportamentos enraizados mais difíceis de serem alterados, e por outro lado, a revolta inerente ao acolhimento e a percepção de que as técnicas não possuem a legitimidade para interferir na sua vida.

Ainda que algumas jovens solicitem a prorrogação da Medida de Acolhimento Residencial, apostando numa formação académica e posterior integração profissional, de maneira a assegurar uma posterior saída da Casa mais segura e mais bem estruturada; também foi constatado que esta saída tardia também se dá pelas famílias ainda não terem se estruturado a ponto de ser um apoio efetivo para a jovem.

A manutenção do vínculo afetivo, seja ele com as quais permanecem na Casa, uma vez que o projeto de vida passa pela reintegração familiar, ou com as que saem, é feito através de contatos telefónicos, pequenos encontros e até mesmo festas organizadas por elas, de tal forma a dar o suporte necessário e possível às crianças e jovens. De maneira a promover a reabilitação e reorganização das famílias de origem, é realizado um acompanhamento das visitas, sendo feita a monitorização e avaliação da qualidade das relações estabelecidas, sendo este um trabalho de suma importância. À algumas crianças são permitidas idas a finais de semana e férias escolares à suas casas, assim como também receberem visitas dos familiares na Instituição.

O ano termina com elas a preparar um cartão, proposto por uma das técnicas da CFCRS, para a mais velha da Casa, que segue o seu curso de independência aos 23 anos, no qual demonstraram já conseguirem verbalizar seus sentimentos de maneira mais clara através de mensagens de carinho, motivação, e respeito pela história do outro.

E por fim, foi realizada uma atividade, proposta pelo IAC-Polo Coimbra, no Parque Verde, margem esquerda, com uma sessão de Zumba, passeio de barco, jogos analógicos e piquenique. Todas se divertiram imenso, e mais uma vez puderam demonstrar um pouco mais de maturidade emocional, quando por exemplo, o medo de andar de barco era superado, solicitando a presença desta estagiária, numa demonstração de confiança e conforto. O respeito, a gestão

das emoções, resiliência, foram demonstrados em vários momentos durante todas as atividades propostas.



Fig. 20 e Fig.21: Atividade de Final de Período – Parque Verde

Desejo finalizar com a observação da importância da manutenção do projeto, nesta e em qualquer outra instituição, uma vez que é a partir do aprendizado da gestão das emoções e consequente modificação das ações comportamentais, dos vínculos criados ou não, que se atinge o sucesso escolar, pessoal e laboral. Importância esta, demonstrada pelas próprias crianças e jovens participantes do projeto, durante as reflexões.

Ainda que estas crianças cheguem às instituições com o propósito de proteção, e que suas reações à esta arbitrariedade as levem inicialmente à conflitos com as educadoras e demais crianças e jovens na mesma situação, ficou comprovado por esta pequena amostragem, que necessitam de um espaço que lhes proporcionem conhecer melhor as emoções/sentimentos, sua aplicação de maneira assertiva, de reflexão, dinamizada por pessoas que consigam estabelecer vínculo.

Eu tive a satisfação de, 3 dias após os meus anos, as crianças e jovens que participavam do projeto, numa demonstração de carinho, cantaram-me parabéns, abraçaram-me e deram-me muitos beijinhos. Após 3 meses findado o

projeto, quando passam por mim na rua, fazem questão de virem ter comigo e perguntam quando poderei voltar.

Conhecer e reconhecer as emoções em nós e nos outros, facilita-nos a viver. Saber equilibrar as emoções e saber como exteriorizá-las, facilita-nos a viver em sociedade, à aprendizagem e a colocar em prática!

Finalizo afirmando que, não são poucos os estudos que têm mostrado a relação entre o brincar e o desenvolvimento de competências como as sociais e as de raciocínio. Num espaço educativo não formal, através de jogos analógicos, trabalhar o amadurecimento da gestão das emoções, mostra-nos a importância do brincar, sendo esta uma atividade natural da criança, que a ajuda a conhecer a si mesma, envolvendo-a intensamente quando explora seus interesses, levando-a a novas aprendizagens. Os jogos são um meio importante para o desenvolvimento global das crianças, e se faz uma ferramenta, um recurso didático, significativo e estimulante para o desenvolvimento afetivo, cognitivo, autocontrolo, cooperação, linguístico, entre outros.

Seria uma mais-valia a utilização dos jogos analógicos nas variadas instituições como um instrumento pedagógico, sempre mediado por um educador ou professor, com objetivos definidos, promovendo assim, o desenvolvimento integral da criança. Seria um contributo excepcional no processo ensino-aprendizagem, no saber ser e estar da criança, uma vez que se cria um ambiente atraente e prazeroso e de desenvolvimento do processo educativo

## Referências Bibliográficas

- Unicef, 2022. *Convenção sobre os Direitos da Criança* . [online] Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> [Acesso em 9 de novembro de 2021].
- Almeida, A. C., Arruda, J. C., Mamede, R., Martins, M., Mesa-Fernández, M., Coxinho, D., & Ferreira, C., 2017. CAAtivas: Aprender com jogos em Comunidade. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, Extr.(05), 182-187. doi:10.17979/reipe.2017.0.05.2579
- Amado, J., & Almeida, A. C., 2017. Políticas públicas e o direito de brincar das crianças. *Laplage em revista*, 3(1), 101-116. Acessível em: <https://laplageemrevista.editorialaar.com/index.php/lpg1/article/view/288/251>
- Unicef.org. 2022. *Convenção sobre os Direitos da Criança*. [online] Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> Acesso em 9 de novembro de 2021.
- Cabral, Ana Sofia; Macedo, Diana; Banhudo, Sofia., 2021 – CASA 2020 – Relatório de Caracterização da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Caillois, R., 1990. *Os jogos e os homens*. Lisboa: Edições Cotovia.
- Caracterização das crianças e dos agregados familiares em Portugal, acessado em 03.12.2021, [https://www.unicef.pt/media/3103/pordata\\_unicef\\_-dia-universal-dos-direitos-da-crianca\\_.pdf](https://www.unicef.pt/media/3103/pordata_unicef_-dia-universal-dos-direitos-da-crianca_.pdf)
- Cotton, K., 1992. *Developing empathy in children and youth*. Northwest Regional Educational Laboratory.
- Davis-Floyd, R., Arvidson, P., 1997. *Intuition, the inside story, interdisciplinary perspectives*. Nova Iorque: Routledge
- Dge.mec.pt. 2022. *Declaração dos Direitos da Criança* . [online] Disponível em: [https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs\\_referencia/declaracao\\_universal\\_direitos\\_crianca.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf) [Acessado em 3 de dezembro de 2021].

Direito das Crianças e Jovens – Compilação de Legislação, Edição Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar, Coordenação Anabela Gonçalves, Cristina Araújo Dias, Margarida Santos, setembro 2017.

Dia Internacional do Brincar, acessado em 25.09.2022, <https://www.calendarr.com/portugal/dia-internacional-do-brincar/>

Eigen, M., Winkler, R., 1989. O jogo. As leis naturais que regulam o acaso. Lisboa: Gradiva.

Estatutos, Instituto de Apoio à Criança, 1983.

Gaspar, J. P.. "Serrote, F. & Gaspar, J.P., 2019. A importância da vinculação de crianças e jovens em acolhimento residencial, no sucesso da intervenção com intencionalidade reparadora. Thomson Reuters".

Huizinga, J. (1970). Homo Ludens. Boston: Beacon Press.

Lei de proteção de crianças e jovens em perigo – Secção III, Diário da República nº 204/1999, Série I-A de 1999-09-01.

Pela Defesa dos Direitos da Criança, Plano de Atividades e Orçamento, Instituto de Apoio à Criança, 2021.

IAC, 2022. [online] Disponível em: <https://iacrianca.pt/sobre-nos/a-acao-do-iac/> , acessado em 09.11.2021 [Acessado em 9 de novembro de 2021].

IAC, 2022. [online] Disponível em: <https://www.metropolybar.com.br/dobble-os-segredos-de-um-dos-jogos-mais-populares-da-actualidade/> , acessado em 30.11 .2021> [Acessado em 30 de novembro de 2021].~

IAC, s.d. *O que é o Dia Nacional do Pijama* . [online] Disponível em: [http://www.mundosdevida.pt/\\_O\\_que\\_e\\_o\\_Dia\\_Nacional\\_do\\_Pijama](http://www.mundosdevida.pt/_O_que_e_o_Dia_Nacional_do_Pijama) , acessado em 25.09.2022 [Acessado em 25 de setembro de 2021].

Rao, P., 1978. Studies in time perception. Deli: Concept Publishing Company

Rookes, P., Willson, J., 2000. Perception: Theory, Development and Organisation. Londres: Routledge

Sekuler, R., Blake, R., 1994. Perception. Singapura: McGraw Hill.

UNICEF, Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos, Comitês Português para a UNICEF, Edição revista 2019.

Vigotsky, L., 2008. Pensamento e linguagem. Lisboa: Relógio D'Água

Whitehill, B., 1999. American games: a historical perspective. In Board Game Studies, Retirado em dezembro 10, 2021

## **ANEXO 1. CARACTERIZAÇÃO DOS JOGOS TRABALHADOS**

### **“O MONSTRO DAS CORES”**

Anna Llenas, escritora do “O Monstro das Cores”, é formada em Publicidade e Relações Públicas pela Universidade Autónoma de Barcelona e em design gráfico pela Llotja School. Também formada em Psicologia Analítica e pós-graduada em Terapia da Arte, trabalhou como designer e diretora artística nas agências Bassat Ogilvy & Matter e Publicis Casadevall & Pedreno. Decidiu abandonar a publicidade e enveredar por um caminho mais artístico e pessoal. Sendo assim, desde então, desenha produtos originais, escreve e ilustra livros e dá formação em criatividade e emoções.

O jogo “O Monstro das Cores” é baseado no livro de mesmo nome e explica as emoções às crianças através das cores. Pode ser jogado por crianças à partir dos 3 anos de idade. Sendo um jogo cooperativo, no qual todos os jogadores em equipe tem que auxiliar o personagem principal, o monstro, que muda de cor conforme o que está a sentir. E por não compreender porque muda de cor, sua amiga, a menina, explica-lhe o significado de estar triste, estar alegre, ter medo, estar calmo e sentir raiva.

Composto por um tabuleiro que é posicionado no centro da mesa, e duas peças em madeira – o monstro e a menina, que são posicionados na cor rosa, referente ao amor. Há ainda, 5 peças em cartão com a figura do monstro nas cores azul (tristeza), cinza (medo), amarelo (alegria), vermelho (raiva) e verde (calma); que são colocadas nos desenhos do tabuleiro com as respetivas cores; e um dado contendo os números 1 e 2 - corresponde ao número de lugares possíveis para o monstro transitar, a menina – que é colocada junto ao monstro, e o redemoinho – não mexe em peça alguma; duas estantes em cartão para a colocação de potes, também em cartão - 5 pintados com as cores do monstro e 3 com as cores misturadas, indicando a confusão das emoções.



O jogo inicia com o jogador mais novo lançando o dado e movendo o monstro na quantidade de espaços indicados, ou a menina para junto do monstro. Ao escolher um local que ainda possui um marcador de sentimento, o jogador precisa descobrir qual pote corresponde ao sentimento do local que se encontra o monstro, escolhendo um pote e revelando sua cor. Caso tenha acertado, coloca o marcador de sentimento dentro do pote; caso não, desvira o pote, colocando-o novamente na estante. Se o pote for multicolorido, deverá ficar aparente, tomando cuidado para não serem revelados os outros 2 potes, pois demonstra a confusão do monstro e os jogadores perdem a partida.

A menina será a ajudante do monstro a desfazer a confusão, quando colocada junto ao monstro, desvira um pote multicolorido.

A proposta do jogo é incentivar os jogadores a falarem sobre seus sentimentos, emoções, conforme o monstro. Uma vez que compreender e falar sobre o que sentimos é uma tarefa difícil, os jogadores são estimulados a falar daquele sentimento, em que situações se sente daquela maneira, compartilhando experiências, e desta maneira ajudando e sendo ajudado a “organizar as emoções nos seus potes”.

## “EMOÇÕES EM JOGO”

O jogo “Emoções em Jogo” é constituído por 2 baralhos, cada um com 52 cartas-emoção e um manual. Traz em seu manual o enquadramento científico das emoções e sugere 12 exercícios e dinâmicas distintas para as explorar.



É uma ferramenta que ajuda crianças, jovens e adultos, através de exercícios, jogos e dinâmicas de grupo, a compreender melhor o que sentem em cada situação, a integrar as emoções no seu vocabulário do dia-a-dia e a descobrir como o seu comportamento é influenciado pelas emoções.

Este jogo é fruto da colaboração entre o *Positive Growth Project* e o *Desenformar*, podendo ser utilizado para diversão, aprendizagem, desenvolvimento ou terapia, de forma individual ou em grupo e em diferentes contextos profissionais ou pessoais, como por exemplo: formação de adultos, ensino de jovens, equipas em organizações, grupos de apoio, casais, atividades pais-filhos, etc.

## “UN – HU”



O Un-Hu é um programa de desenvolvimento de habilidades e competências e privilegiando uma aprendizagem integral, sendo um Jogo de Competências Socioemocionais e de Cidadania Global.

Indicado para acima dos 5 anos de idade, trabalha o desenvolvimento pessoal, nas várias dimensões da vida, e os Baralhos podem ser usados como complemento uns dos outros ou usados isoladamente, através de Dinâmicas de Grupo e Perguntas Poderosas e podendo ser utilizado em grupos ou em contexto terapêutico de 1 para 1.

Inspirado na Filosofia “UBUNTU”, “UNHU, cujo significado é “Humanidade para Todos”, “Eu sou porque Tu és”, “Eu existo, porque Nós existimos”, com bases científicas na Psicologia Positiva, Inteligência Emocional, Inteligências Múltiplas, Conversas em Círculo, Práticas Restaurativas, Conscientização e no Modelo Bioecológico.

Baralho 1: “EU” | Competências: Autoconhecimento, Autorregulação, Automotivação.

Baralho 2: “EU E OS OUTROS” | Competências: Empatia, Comunicação, Resolução Positiva de Conflitos.

Baralho 3: “EU E A COMUNIDADE” | Competências: Saúde e Bem-estar, Pensamento Crítico, Economias de Futuro.

Cada Baralho é composto por: 20 Cartas de Dinâmicas de Grupo, 80 Cartas de Perguntas, 7 Cartas de Princípios Restaurativos, 3 Cartas de Funções, Grelha de Resposta e Manual.

## “UMA NUVEM DE EMOÇÕES”



“Uma Nuvem de Emoções” (2017) faz parte de um projeto na área educação socio-emocional chamado Happy Zone, criado pela autora Andreia Espain, em 2014, composto ainda por “Afirmações Positivas para Crianças” (2016) e “Sou e Sinto Yoga” (2017).

A ideia principal é auxiliar às crianças à desenvolverem competências sócio emocionais no âmbito do autoconhecimento e autorregulação.

Sendo assim é apresentado às crianças, a Nuvem, chamada Calma, que convida a conhecer as emoções: Raiva, Tristeza, Alegria, Medo. Estas cartas são dispostas em cima da mesa, para observação de todos.

Depois, é mostrada a carta Termómetro, cuja temperatura é medida por “Nada”, “Pouco”, “Bastante”, “Muito” e “A Explodir”. As crianças são questionadas pela Nuvem Calma sobre como se sentem hoje, e utilizam a carta Termómetro para identificarem a intensidade do que estão a sentir.

Posteriormente, a Nuvem Calma, as questiona o que se passa no corpo, e o que podem fazer. São apresentadas outras cartas com opções para “resolverem” ou amenizarem o que sentem e como sentem.

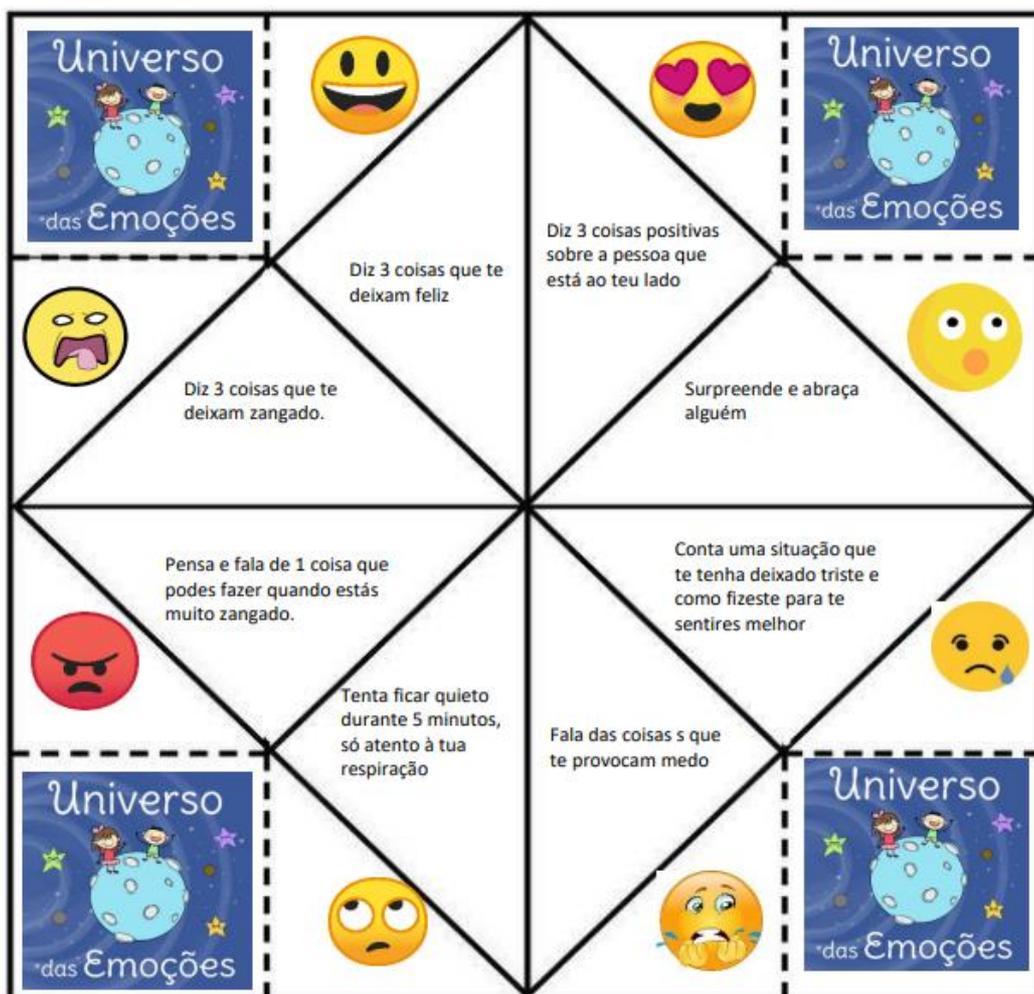
## “GOSTARZINHO”



Da autora Graça Gonçalves, o jogo Gostarzinho é um jogo de tabuleiro, composto por um tabuleiro, 2 dados, 6 marcas, 400 cartões; que pelo caminho da afetividade, são abordadas áreas do Autoconhecimento, Auto-estima, Auto-confiança, comunicação, família, pertença de grupo, amizade, criatividade, imaginação, brincadeiras, emoções, sentimentos e decisões, escolha, resolução de conflitos; dando a conhecer e permitir analisar sentimentos e emoções.

Para crianças maiores de 6 anos, é pretendido ajudar na maturação emocional, de maneira a prevenir os comportamentos de risco.

## “QUANTOS QUERES DAS EMOÇÕES”



É um origami no qual dobras de papel são preenchidas com diferentes Emojis, de forma a representar as emoções, servindo de material para um jogo de perguntas.

Tem por objetivo a socialização, e reflexão sobre as atitudes tomadas e respondidas às perguntas sorteadas. Promove o desenvolvimento do conhecimento, compreensão e consciência das emoções.